

Trabalho, ação política e construção dos direitos do trabalho

28 a 30 de janeiro de 2026

Entrevistada: Elina Pessanha

Acervo Digital Cedec-Ceipoc:

COLEÇÃO REGULAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na institucionalização de direitos sociais e trabalhistas no Brasil, consolidando princípios voltados à proteção do trabalho e à ampliação da cidadania social. Entretanto, a partir dos acontecimentos políticos ocorridos nos últimos anos, em especial após 2016, com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, além de abalo aos princípios de democracia constitucional, há um aprofundamento da precarização das relações de trabalho, que já estava em curso em consequência do neoliberalismo, principalmente com a Reforma Trabalhista. Reconfiguram-se os debates em torno das relações de trabalho, colocando em disputa os sentidos da regulação trabalhista, dos mecanismos de proteção social e do papel das instituições responsáveis pela mediação dos conflitos entre capital e trabalho.

A coleção Regulação do Mercado de Trabalho busca compreender esse processo por meio da constituição de um conjunto de entrevistas com pesquisadores das áreas do Direito, das Ciências Sociais, da Economia e campos afins que se dedicam ao estudo das relações de trabalho e de suas instituições reguladoras. As entrevistas têm como foco as trajetórias intelectuais dos pesquisadores, suas perspectivas teóricas, diagnósticos, hipóteses e formas de interpretação das mudanças ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo. A proposta visa mapear debates e construir um panorama das diferentes abordagens sobre temas como a atuação da Justiça do Trabalho, do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público do Trabalho, do Legislativo, dos sindicatos e dos diversos atores envolvidos na regulação do trabalho.

Como documentos de memória e instrumentos de pesquisa, as entrevistas registram experiências intelectuais e permitem compreender as relações entre produção acadêmica, transformações institucionais e mudanças políticas mais amplas. Além de constituírem fontes para futuras pesquisas, esses materiais têm caráter didático, oferecendo apoio à formação de estudantes e pesquisadores interessados nas relações entre trabalho, direitos, economia e democracia. As entrevistas integram o Acervo Digital Cedec-Ceipoc, cuja proposta é reunir memórias, diagnósticos e reflexões sobre democracia, estado de direito e desenvolvimento no Brasil, tornando disponíveis ao público material de livre acesso capazes de ampliar o debate acadêmico e público. A presente pesquisa é desenvolvida pelo CEDEC-CEIPOC em conjunto com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com financiamento da FAPEMIG (Processo APQ-01629-24) e UEMG (Bolsa PQ e PAPq).

Equipe:

Pesquisadores

Lígia Barros de Freitas (Coordenadora)
Karen Artur (Subcoordenadora)
Jean Filipe Domingos Ramos (Subcoordenador)
Pedro Augusto Gravará Nicolo (Subcoordenador)
Thiago Patricio Gondim (Membro)

Revisão

Ana Cláudia Dias Rufino

Auxiliares de Pesquisa

Carlos Dondici da Silva
Eliandro Francisco da Silva
Islane Parente Mesquita
Maria Eduarda Gonçalves Oliveira
Sarah Guimarães Aguiar Santos

Projeto de capa e logotipo:

Setor de comunicação, cultura e eventos da UFJF/ Campus GV

Acervo Digital Cedec-Ceipoc:

COLEÇÃO REGULAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Coordenadora: Lígia Barros de Freitas

Título da entrevista:

**Trabalho, ação política e construção dos
direitos do trabalho**

Entrevistada:

Elina Pessanha

Entrevistadoras:

Lígia Barros de Feiras

Karen Artur

Data de realização:

28 a 30/01/2026

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

Início da entrevista

Lígia Barros: Hoje, 29 de janeiro de 2026, damos início a mais uma entrevista do projeto *Acervo Digital Cedec-Ceipoc*, para a coleção “Regulação do mercado de trabalho”, cujo objetivo é mapear as mudanças da regulação do trabalho no Brasil e as visões dos pesquisadores sobre essas mudanças, principalmente com foco no contexto democrático desde a Constituição de 88, e mais centralmente a partir das reformas iniciadas em 2026. Iniciamos agradecendo à Escola de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense. A nossa convidada especial de hoje é a professora Elina Pessanha. Elina é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atuou desde 1978 na graduação em Ciências Sociais e junto ao programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do qual é membro do corpo permanente e foi coordenadora por duas vezes. Graduada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Fluminense, tem mestrado em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, e doutorado em Ciências Humanas, pela Universidade de São Paulo. Realizou o pós-doutorado junto à Universidade de Londres e missões científicas nas universidades de Lisboa, Manchester e Paris-Sorbonne. Faz parte da comissão editorial da *Revista Sociologia, Antropologia*, e dirige o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, também na UFRJ. É membro titular, representando a Anpocs, do Conselho Nacional de Arquivos; responsável pela política pública arquivista do país. Faz parte do conselho assessor do Comitê Científico, da Coleção de História Oral, na Universidade de Oviedo, Espanha. Tem experiência na área de estudos sobre o trabalho, com pesquisa sobre formação e trajetória da classe trabalhadora no Rio de Janeiro; processo do trabalho; resistência operária; sindicalismo; modelos de relação do trabalho; memória social e direitos do trabalho; legislação trabalhista e justiça do trabalho.

Professora Elina, muito obrigada por nos receber, é uma honra tê-la aqui conosco. Fazendo uma explicação da nossa entrevista, nós a faremos em três blocos. O primeiro bloco será sobre formação e trajetória acadêmica, o segundo bloco sobre a produção acadêmica e o terceiro bloco sobre as perspectivas para o futuro.

Iniciando o primeiro bloco, primeiramente gostaríamos de saber como foi a sua experiência na graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, onde se formou em 1967, e na iniciação científica no Museu Nacional.

Elina Pessanha: Uma boa tarde, é um prazer muito grande estar aqui, uma honra para mim, eu ter sido convidada para prestar esse depoimento num projeto tão importante de memória das Ciências Sociais no Brasil. Estou particularmente contente de estar aqui, na Universidade Federal Fluminense, minha universidade de origem, realizando essa entrevista. Eu, na verdade, vim estudar na UFF porque aqui acabava de ter sido criado um curso novo em Ciências Sociais. A minha intenção inicial era tentar uma universidade no Rio de Janeiro, onde eu havia completado o meu segundo grau, mas quando o curso foi aberto, pela circunstância de eu morar na cidade, eu acabei tentando vestibular para cá e entrei, fazendo parte, portanto, da primeira turma aqui. Naquele momento, o curso, ainda com muitas limitações, tinha muitas conexões com o curso de História, fazíamos várias disciplinas junto aos estudantes de História, mas, por outro lado, fomos afetados pelo ambiente – bem no início do regime militar do pós-64, um ambiente político muito cerceador das liberdades e que visava muito particularmente a produção que se realizava na universidade e pelos professores universitários, que desde o primeiro momento da ditadura pós-64 foram vítimas de processos de cassação e expulsão do ambiente universitário. Isso, num certo sentido, beneficiou a UFF. Nós fazíamos um curso que se realizava sob a liderança de um antropólogo, Luiz de Castro Faria, já falecido, que era pesquisador do Museu Nacional e professor aqui na federal fluminense. Luiz de Castro Faria, com atitudes muito corajosas, começou a trazer para a UFF vários professores que não tinham mais espaço em instituições no Rio de Janeiro. E isso permitiu que nós fôssemos alunos de professores extraordinariamente competentes, precursores das suas áreas nas Ciências Sociais brasileiras, e que moravam aqui no Rio de Janeiro e trabalhavam aqui. Ele convidou e conseguiu convencer o conselho universitário da UFF a acolher os professores aqui.

Então eu fui aluna de Wanderley Guilherme dos Santos, em Ciência Política; fui aluna de Roberto DaMatta, Roque Laraia, Julio Cezar Melatti, em Antropologia (que eram discípulos de Castro Faria); de José Nilo Tavares; de Neuma Aguiar; Ronaldo Coutinho;

entre outros professores que foram marcantes na minha formação. Fora isso, apesar das dificuldades de ordem política, nós pudemos desenvolver algumas atividades de pesquisa. Celina Vargas do Amaral Peixoto tinha vindo também para a UFF, porque tinha sido aluna de José Nilo Tavares, que a convidou, e abriu uma área de pesquisa sobre sistema político fluminense. Eu fui uma das pessoas selecionadas para trabalhar nessa pesquisa. Então, já na graduação, a experiência de pesquisa se colocou em uma perspectiva política, em uma perspectiva crítica, e isso tudo acabou sendo bastante importante. A ditadura avançava, mas nós, mal ou bem, conseguíamos respirar um ar um pouco mais puro, perspectivas mais críticas em relação ao regime militar. E assim se desenvolveu esse curso, um curso que particularmente foi muito importante para mim. Nesse curso eu conheci meu companheiro, Charles Pessanha (eu era representante de uma turma, ele era de outra), e nesse trabalho de representação, surgiu a relação entre nós, anos depois nós nos casamos e ficamos casados por mais de 50 anos.

Enfim, então eu tenho uma lembrança, que é uma lembrança de preocupação, porque evidentemente nós vivíamos esse ambiente de perseguição, já com vários amigos sendo presos, alguns sendo torturados. Chegamos a ter até colegas, dessa época, que anos depois foram assassinados pelo regime militar, mas conseguimos fazer política. Charles foi eleito presidente do diretório, então nós desenvolvemos atividades não só políticas como atividades culturais, criamos um cineclube, fundamos uma revista, levávamos à frente o jornalzinho do nosso curso. Enfim, foi um período, como eu disse, duro. Preocupante do ponto de vista político (Charles foi preso nesse período duas vezes), mas gratificante do ponto de vista dos ensinamentos que nós íamos acumulando no contato com esses professores maravilhosos, como também em termos da nossa vivência política, do nosso aprendizado político sob circunstâncias tão perversas e tão perigosas também, num certo sentido. Na verdade, sob a orientação de Luiz de Castro Faria (esse antropólogo que era pesquisador no Museu Nacional), logo, acho que no segundo ano da faculdade, eu fui ser estagiária dele no Museu Nacional. E eu passei a ir várias vezes na semana ao Museu Nacional. Lá ele me orientou a fazer uma pesquisa na área de Antropologia econômica, a princípio documental, na grande e maravilhosa biblioteca que o Museu Nacional tem. Por esse caminho, trilhando esse caminho, eu me aproximei do meu primeiro objeto de

pesquisa que seria depois, na verdade, o tema da minha dissertação de mestrado. Foi muito bom porque aí eu convivi, já comecei a conviver, no Museu Nacional, com outros professores que seriam, posteriormente, bastante importantes na minha formação.

Ligia Barros: Bem, falando então do mestrado, eu gostaria de ouvir um pouco sobre o mestrado de Antropologia social no Museu Nacional, concluído em 1977, com a dissertação *Os companheiros: trabalho na pesca de Itaipu*.¹

Elina Pessanha: O mestrado marca, em grande parte, esse período da década de 1970. Eu defendi minha dissertação com atraso em 1977, mas tive filhos, tive dois filhos nesse período, e fiz todos os cursos. Nessa ocasião, a Fundação Ford, como muitos sabem, foi responsável pelo apoio a vários grupos perseguidos no país, apoiavam o Iuperj, o antigo Iuperj, que era ligado à Universidade Cândido Mendes; e apoiavam também esse mestrado no Museu Nacional. Tinha-se clareza de que seriam cursos que não receberiam grande apoio por parte do regime militar. Eu cheguei a ter uma bolsa da Fundação Ford no Museu Nacional e foi um período, esse período do mestrado, também muito rico, evidentemente.

Entrei em contato para além de Castro Faria, com Roberto DaMatta, que aí já tinha voltado do doutorado nos Estados Unidos e era professor no Museu Nacional, com o Márcio Palmeira. Também fizemos cursos com o Roberto Cardoso de Oliveira, que mais tarde se deslocaria para Brasília, e assistimos seminários de Lygia Sigaud, uma professora também cuja obra me influencia. Eu lembro que ela tem um trabalho, *Clandestinos e os Direitos*,² em que ela já introduz a questão dos direitos do trabalho com uma preocupação da Antropologia. Isso eu fui me dar conta depois de tudo isso.

Era um período ainda muito difícil. Vocês imaginam, durante a década de 1970, conversando com colegas, alguns colegas estavam com os companheiros presos, outros já tinham sido presos e foram liberados, outros temiam ser presos a qualquer momento. Então era um clima de muito receio, mas, ao mesmo tempo, com essa certeza de que a gente

¹ PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Niterói: EdUFF, 2003.

² SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas cidades, 1979.

estava, de alguma maneira, sustentando, mantendo e construindo essa área das Ciências Sociais no Rio de Janeiro e no Brasil. Nossos colegas de São Paulo estavam fazendo a mesma coisa em outras instituições, em outros locais também, e nós (talvez ainda não com toda a consciência que tivemos depois) já pressentíamos que estávamos abrindo, de alguma forma, caminhos, trilhas para a continuidade da produção na nossa área.

Aí, com o Castro Faria, e a partir dessa iniciação científica em Antropologia econômica, eu me aproximo do objeto da minha dissertação, que foram os pescadores, já com essa perspectiva, que me acompanhou por toda a vida e por toda a trajetória acadêmica, de tentar entender e analisar as relações de trabalho. Castro Faria tinha um interesse muito especial por trabalhadores da pesca, ele acompanhava o desenvolvimento da pesca artesanal no Rio de Janeiro, era um profundo conhecedor, talvez um dos maiores, sobre pesca do ponto de vista das Ciências Sociais no Brasil. E aí eu me aproximo de um grupo de pescadores aqui no estado do Rio de Janeiro e realizo a minha dissertação de mestrado. Já com uma marca, que estaria presente no meu doutorado também, de descrever o processo de trabalho daqueles pescadores, tentar entender como eles encaravam o próprio processo de trabalho, como eles descreviam as suas atividades e como isso estava relacionado, de certa maneira, a vários sistemas outros (de ordem cultural e simbólica) que eles vivenciavam. Essa dissertação só foi publicada muitos anos depois, mas, desde aí, começou a dialogar com outros trabalhos que se realizavam sobre a pesca aqui no Rio de Janeiro e em outras regiões do país. Então foi um período muito importante. Eu acho que essa década de 1970 é fundamentalmente a década, digamos, de minha entrada, meu mergulho efetivo nas Ciências Sociais e, mais particularmente, na Antropologia, acentuando a perspectiva etnográfica de aproximação muito direta com os grupos que nós estudávamos.

Eu não tenho tanta produção acadêmica na década de 1970 quanto na década de 1980. Na década de 1970, tenho uma participação num livro, muito na linha do sistema político fluminense, de acompanhamento da campanha para prefeito de Wellington Moreira Franco, que era casado com Celina Amaral Peixoto na ocasião. Eu fiz, com o Edson Nunes, um acompanhamento da campanha do candidato vitorioso (esse era o nome do capítulo 3)

³ PESSANHA, Elina; NUNES, Edson. A campanha do candidato vitorioso (nas eleições de Niterói). In: REIS, Fábio Wanderley; LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Os partidos e o regime*. São Paulo: Símbolo, 1978.

e escrevi pequenas observações com o Edson sobre o que nós acompanhamos, uma linha bastante etnográfica também. Mas não é um período em que eu tenha publicações, porque eu terminei a dissertação ainda na década de 1970, e nos anos 1980 é que efetivamente eu começo uma formação mais aprofundada nesse campo da Antropologia, ao entrar para o doutorado. No final da década de 1970, eu resolvo fazer o doutorado. Eu tinha entrado para a Universidade Federal do Rio de Janeiro por uma seleção pública em 1978, e aí, no final de 1979, eu já me proponho, como muitos colegas naquela ocasião faziam também, a me candidatar ao doutorado, já que nós tínhamos perspectivas. Primeiro, criamos um curso de especialização; depois, o mestrado, mas já tínhamos perspectiva de constituir um programa de pós-graduação.

Ligia Barros: Falando no seu doutorado, gostaria de saber sobre essa sua mudança para a USP. Como era o ambiente acadêmico e político entre os anos de 1980 a 1986, que foram anos de transição democrática?

Elina Pessanha: Bom, a minha entrada para a USP, que, na verdade, foi pleiteada desde o final da década de 1970 – porque fui lá e me inscrevi em 1979, mas entrei, na verdade, em 1980, no doutorado, se seguia a anos que são, felizmente, os anos já apontando para o final do regime ditatorial. A gente já tinha, naqueles anos que precederam, ido, por exemplo, a São Paulo, algumas vezes, para assistir a SBPC, que era proibida em certos lugares, e aí, no caso, a PUC de São Paulo ofereceu o espaço para realizar a SBPC. Nós nos deslocamos daqui para assistir. Quer dizer, era um ambiente, tinha sido um ambiente bastante carregado. Mas, com o avanço dos anos 1980, isso começa a declinar, felizmente, e tem início então o período que é chamado de transição democrática. Muito de olho no processo de transição democrática da Espanha. O Pacto de Moncloa era uma referência importante para nós aqui no Brasil. Tínhamos a expectativa de que nós conseguiríamos fazer essa conciliação e essa concertação que permitiria a saída do regime autoritário, como afinal acabou acontecendo, fundamentalmente a partir da metade da década, com a eleição indireta de Tancredo Neves e, enfim, o anúncio de que uma abertura completa se aproximava. Então eu entro em 1980, já vivo esse momento, esse momento de transição.

Fiz cursos com o Francisco Weffort, que seria uma pessoa bastante importante nos desdobramentos, depois da transição democrática, como ministro no governo de Fernando Henrique; e com a Eunice Durham, minha orientadora, uma pessoa também extremamente corajosa, também participante mais tarde do governo Fernando Henrique. Era um grupo muito ligado a essa vertente que depois se constituiria como PSDB. Assistindo aos poucos cursos que eram exigidos, porque havia os créditos do mestrado, eu realizei o curso nesse ambiente. Na verdade, frequentando a USP com mais assiduidade durante um ano, durante a realização dos cursos, tendo contato com alguns outros professores, mas acho que já no momento em que a gente começava a respirar, a respirar a democracia ou a perspectiva da volta da democracia. Então havia congressos, havia seminários, muito frequentes. Eu me lembro que o Fernando Henrique se deslocava muito ao Rio para realizar seminários, e era esperado com ardor, porque nós, enfim, estávamos todos nós sequiosos por sinais de que finalmente aquele tempo estava acabando. Então a lembrança que tenho da USP está muito ligada a esse sentimento de que nós íamos sair da ditadura, de que nós íamos inaugurar novos tempos. E é nessa década de 1980, já mais para o final do doutorado, já até antes do final do doutorado, que nós, no Rio de Janeiro, começamos, na universidade, a nos organizar em termos de estar mais presentes na universidade. Passamos a ocupar salas na universidade para atender alunos; fizemos uma série de composições; pegávamos salas, arranjávamos móveis velhos no depósito do IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais), e nos instalávamos para começar a ocupar a universidade. Porque, antes disso, mesmo quando entrei – e acho que é importante registrar isso –, na minha entrada, em 1978, fazia parte de um movimento levado por colegas que resistiram à ditadura e que não chegaram a ser atingidos, evidentemente, por processos de cassação. Eram mais jovens, não foram tão visados. Os professores mais velhos, alguns foram cassados. Então esse grupo mais novo resolve ampliar o curso de Ciências Sociais e realiza essas seleções. E, através dessas seleções, eu e vários outros colegas da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política, entramos na UFRJ e pudemos ajudar a reconstruir o curso, que tinha sido alvo, evidentemente, de muitos ataques às Ciências Sociais. Várias figuras importantes das Ciências Sociais e da História tinham sido atingidas pela violência da ditadura. Então os anos 1980 foram para mim anos de formação – sem dúvida

nenhuma, porque eu desenvolvi o doutorado durante 5, 6 anos na USP (só defendi minha tese em 1986) – e de constituição de um grupo de trabalho. Trouxe até uma referência para vocês. Esse trabalho está lembrado num texto de Glaucia Vilas Bôas,⁴ que é um texto de 2019, mas que se refere a 1987, que é o momento em que, sob a coordenação de Alice Abreu e depois minha, desenvolvemos um projeto apoiado pela Finep, que se chamava *O trabalhador carioca*, em que a gente pretendia exatamente dar conta de uma especificidade da composição da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Acho que, muitas vezes, nem nós tínhamos clareza de que estávamos construindo uma alternativa em relação à percepção que os paulistas tinham da classe trabalhadora brasileira. Por quê? Porque o Rio de Janeiro foi o pioneiro do sindicalismo de ponta no Brasil, no período pré-ditadura. Os paulistas não tinham essa vivência, eles não tinham um sindicalismo forte antes da ditadura.

E nós tivemos essa experiência, era o sindicalismo que anunciava e pronunciava o que viria a ocorrer em termos sindicais no Brasil. Por outro lado, também, nós tínhamos uma classe trabalhadora e uma indústria que tinham características diferentes. Eram indústrias diferentes. Nós tínhamos um capital comercial muito forte, e essa era principalmente a nossa vantagem, digamos assim, em termos econômicos. Então, do nosso ponto de vista, se constituiu uma economia e uma classe trabalhadora que tinha especificidade. E o nosso projeto, que se chamava *O trabalhador carioca*, tinha exatamente essa finalidade, de dar conta dessa particularidade que nós observávamos.

É uma década importante, a década de 1980, em que acho que completo – num certo sentido, se é que a gente completa algum dia – a minha formação formal, com obtenção do doutorado. E em que a gente cria esse grupo, *O trabalhador carioca*, e cria um grupo de trabalho na Anpocs, que se chamou *Processo de trabalho e reivindicações sociais*, em que a gente queria exatamente articular a percepção que os trabalhadores tinham da própria vivência no chão de fábrica; nas oficinas; em outros espaços de trabalho; e na atividade política, o que não era algo marcante ainda. A perspectiva era estudar a classe trabalhadora através da manifestação sindical, através da resistência mais aparente, que seriam as

⁴ VILLAS BÔAS, Glaucia. Anos de Ciências Sociais na UFRJ: lembrando o pioneirismo dos projetos grupos econômicos (1962) e trabalhadores cariocas (1987). *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 9, n. 1, jan-abr. 2019, p. 297-312.

greves, enquanto que nós queríamos ver essa reação, desde o chão da fábrica, desde o local de trabalho, tentar perceber o processo de construção do que poderia ser chamado, talvez, de uma consciência política.

É a década também em que eu crio o Arquivo de Memória Operária, em 1987, porque eu me dei conta de que o projeto *Trabalhador carioca* estava criando um fundo de documentos, de depoimentos de trabalhadores, extraordinário, um material de memória da experiência da classe trabalhadora que a gente não queria ver perdido. E aí se cria, muito modestamente, numa salinha perdida, lá no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, com fichinhas de computador, com fichinhas onde a gente anotava tudo, recolhendo material de imprensa, teses, entrevistas realizadas pelos nossos colegas que faziam as teses; e a gente vai constituindo, então, esse acervo do arquivo. É uma década também de participação em congressos, eu acho que a nossa presença na UFRJ se firma e se acentua nesse período, e eu começo uma longa parceria que se estenderia por décadas com a professora Regina Morel, um pouco com o José Ricardo Ramalho, que também fazia parte do nosso subgrupo nesse projeto Finep, mas, fundamentalmente, com a professora Regina Morel, com quem eu passaria a escrever nos anos seguintes de forma coletiva e colaboradora desde então. Por outro lado, nesse início dos anos 1980, estive envolvida na criação do Partido dos Trabalhadores, no estado do Rio de Janeiro; e na formação da Associação Universitária dos Docentes; da UFRJ-ADUFRJ, como representante no IFCS e nos comandos de greves.

Ligia Barros: Obrigada, Elina. Falando desse período que foi muito rico, o período político, acadêmico, que você estava no doutorado na USP e já tinha ingressado como professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro; vou voltar um pouco, então, sobre a tese, saber um pouco sobre suas preocupações, achados – e mesmo revisitando a sua tese *Vida operária e política: os trabalhadores da construção naval de Niterói*⁵ – até porque você acompanhou as mudanças sofridas ao longo dos anos nesse setor. Então gostaríamos que você falasse um pouco dessas suas impressões.

⁵ A tese foi publicada em 2012, com uma edição revista e atualizada, intitulada *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na indústria naval do Rio de Janeiro*, pela Editora 7 Letras.

Elina Pessanha: Como podem ter percebido no meu currículo, a questão do trabalho, dos trabalhadores, esteve sempre presente nas minhas preocupações. Quando eu até imaginava que o meu trabalho sobre eles ia diminuir, eu entrei num grande projeto internacional sobre a indústria naval e acabei, enfim, retomando a aproximação. Eu conversei muito com a Eunice Durham sobre a minha tese de doutorado, não tinha muita clareza ainda de por onde eu iria. Eu tinha muito interesse, sempre tive, nessa questão da participação política dos trabalhadores. Isso sempre foi um interesse muito especial, mas, ao mesmo tempo, eu articulava a participação política à experiência vivida no trabalho, à percepção sobre o processo de trabalho, ao sentimento que poderia e deveria se desenvolver sobre a situação de subordinação e controle que os trabalhadores viviam, a exploração. Eu fui contemporânea, quando entrava ainda nos estaleiros – porque depois eles me proibiram de entrar, me mapearam de alguma maneira, não deixavam mais entrar nos estaleiros. Fui contemporânea de, por exemplo, um trabalhador contar que um tinha sido apanhado “demorando demais” no banheiro, e o segurança da fábrica ter dado uma surra nele. Os trabalhadores apanhavam fisicamente dentro dos estaleiros, e isso não gerava nenhum tipo de reação. Havia reclamações, às vezes se reuniam, iam reclamar e tal, mas não havia desdobramentos, digamos assim, em termos de sanções ao patronato por se comportar de forma violenta, era como se eles estivessem dentro de uma prisão. Então eu me virei para isso nas conversas com a Eunice Durham, externei logo essa minha preocupação. Lembro que tinha uma intenção de observar a questão do crescimento, do avanço das propostas ditas populistas, que eram capitaneadas fundamentalmente no Rio de Janeiro por Leonel Brizola. Mas, aí, na conversa com ela, e falando desse meu interesse pelo trabalho, a gente pensou que eu poderia me voltar para o estudo de um grupo trabalhador. Depois de observar em volta, pensar um pouco, eu cheguei à conclusão do que seria interessante acompanhar. E foi muito rico, porque a indústria naval, nesse momento, ela estava crescendo, ela se destacava, era a principal indústria fluminense. Ela tem um papel multiplicador no Rio de Janeiro correspondente, guardadas as devidas proporções, à indústria automobilística em São Paulo, porque ela, na verdade, acaba compondo uma cadeia produtiva muito ampla. São muitos setores que entram em ação para produzir todo o material que acaba sendo

utilizado para a construção de um navio. Eu considerei que seria interessante acompanhar isso. Era um momento em que ela ainda estava bem, mas durante o processo ela sofre um declínio. A indústria naval é vítima, inclusive, de uma situação de escândalo, de desvio de dinheiro, no órgão que geria os recursos do setor, porque o setor cobrava percentuais de frete etc., acabava constituindo um fundo de apoio aos estaleiros, indiretamente um pouco aos sindicatos, um fundo enorme, e acabou havendo um grande escândalo de desvio de recursos desse fundo. O escândalo foi de tal ordem que o dono do principal estaleiro, que era o estaleiro Mauá, de Niterói, suicida-se. Morando em Niterói, sendo oriunda de Niterói, o meu interesse se voltou muito para esse estaleiro e para outros que também funcionavam em Niterói. Nesse primeiro momento, eu não estudei os estaleiros do Rio. Mauá era o maior, eu o estudei, além de dois menores na mesma região em que ele estava instalado. — Então ocorreu uma consternação geral, mas, de certa maneira, isso congelou um pouco o processo de averiguação que estava sendo realizado. Foi realizado com mais cautela, com medo de outros efeitos também terríveis, mas a indústria naval começa um processo de declínio muito forte. Eu reconstituí a história do setor na tese. Resolvi que era interessante adotar essa perspectiva histórica, reconstruir até o início, desde a chegada dos portugueses, com elementos que não eram muitos, mas que eu, enfim, pesquisei. E cheguei até esse momento da crise e acompanhei essa crise. Na minha tese de doutorado, eu chego até aí. Quando, anos depois, eu preparo a tese para fazer o livro, revisitei a indústria naval. E, quando revisitei a indústria naval, acompanhei a saída da crise, e a importância do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando ele apoia a indústria naval, ajuda a indústria naval, estende a indústria naval, funda estaleiros em outras regiões do país. Então vi também esse momento. Na verdade, o livro, que é de 2012, muito tempo depois (duas décadas depois, mais até), o livro já dá conta dessa recuperação do setor, que, infelizmente, depois sofre novamente um declínio. No momento, vive ainda uma crise, porque se esperava que Lula retomasse um pouco o processo, até agora nós não temos ainda efeitos muito palpáveis disso tudo.

Eu iniciei na Antropologia também, então isso acentua e me apoia no sentido de fazer um trabalho bem etnográfico. Então eu entro numa fábrica, no primeiro momento, depois, quando proibiram minha entrada na fábrica, eu ia para as casas, ia para o sindicato, entrevisto muitos trabalhadores, sempre pedindo para que eles falassem do trabalho lá, falassem da percepção sobre trabalho, sobre processo de constituição, ou não, de uma percepção um pouco mais reativa da política. Porque também na tese eu mostro que há aqueles que têm essa percepção e aqueles que não têm. Tento um pouco levantar algumas perguntas a respeito do porquê alguns trabalhadores não desenvolveram isso. O que faz com que, me aproximando de Regina Morel, que estava estudando os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, a gente perceba a importância do contato entre as gerações de trabalhadores. Logo depois, a gente escreve um artigo que foi publicado na revista RBCS, que se chama “Gerações operárias”,⁶ em que a gente mostrava exatamente a articulação entre velhos e novos trabalhadores. Mas, mais uma vez, acentuando que os velhos do Rio de Janeiro tinham uma tradição de intervenção, de ação política e sindical muito forte, que transmitiam para além do conhecimento profissional. Então a história da tese é essa. Até, finalmente, se transformar em parte do projeto *In the same boat?* Aí, com isso, eu não me afasto. Eu me reaproximo no período de preparação do livro, já em 2010. Eu entro no grupo *In the same boat?*, que é um grupo internacional liderado por Marcel van der Linden, um historiador respeitável do Instituto de História Social de Amsterdã, e Raquel Varela, da Universidade Portuguesa. Eles lideravam esse grupo de pesquisa internacional com estudiosos da indústria naval por todo o mundo, todos os continentes. Então foi uma experiência maravilhosa, de contato com pesquisadores sobre indústria naval em inúmeros países, realidades muito diferentes. Tivemos uma proximidade maior, que naturalmente se desenvolveu, com colegas da América Latina e da Península Ibérica, Portugal e Espanha. É isso que abre o meu contato mais tarde com a Universidade de Oviedo. Com esses colegas, construímos, digamos assim, uma perspectiva um pouco mais próxima, pela semelhança que também se dava, pela influência que a

⁶ PESSANHA, Elina; MOREL, Regina. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, out. 1991, n. 17, ano 6, p. 68-83.

Península Ibérica evidentemente tinha sobre nós aqui na América Latina. Então, com isso, a indústria naval até hoje me acompanha, se vocês olharem as minhas publicações, em um ano ou outro, até ano passado, as publicações sobre indústria naval aparecem no rol dos meus artigos e capítulos. Os anos 1990 são os anos, efetivamente, em que eu publico um pouco mais, porque na década de 1980 estava fazendo minha tese e participava de congressos. Os anos 1990 são efetivamente os anos em que eu mais publico: na Argentina, um texto com Regina Morel; um livro com Ricardo Antunes, com colegas da América Latina.⁷ Organizo com Alice Abreu um livro, *O trabalhador carioca*, sobre o nosso projeto Finep⁸ e escrevo esses artigos sobre gerações operárias. Foi uma década em que a gente constitui no IFCS o que nós chamamos de Laboratório de Pesquisa Social, colocando alunos de graduação para trabalhar em pesquisa. Uma iniciativa que reverberou pelo Brasil, tanto que, em 1995, a gente realiza um seminário em que estiveram presentes Simon Schwartzman, que estudava Educação também; Eunice Durham; César Barreira; e vários outros colegas de outras partes do Brasil, para discutir essa questão da pesquisa na graduação em Ciências Sociais. E aí Glaucia Villas Bôas e eu publicamos um livro dando um balanço desse seminário e de toda a nossa experiência. O que mais? Eu tive também atividades administrativas, fui coordenadora da PPGSA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) por duas vezes; participei de um convênio Capes-Cofecub, com a França. E, ao final da década, a convite da Paola Cappellin, que era uma colega querida também do projeto *O trabalhador carioca*, Regina Morel e eu participamos de uma pesquisa sobre responsabilidade social das empresas. Era uma maneira de ver também o “outro lado”, e a mim coube observar São Paulo. Então fui para São Paulo entrevistar lideranças do patronato, da indústria, dos bancos etc., sobre a questão da responsabilidade social das empresas com os trabalhadores e a sociedade.

⁷ PESSANHA, Elina; MOREL, Regina; ANTUNES, Ricardo; KOHAN, Judit. *Experiencias Sindicales Recientes - Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.

⁸ ABREU, Alice; PESSANHA, Elina (org.). *O trabalhador carioca: estudo sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1995.

⁹ PESSANHA, Elina; VILLAS BÔAS, Glaucia. *Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: Jornada Cultural, 1995.

Foi uma ligeira digressão dos meus estudos sobre trabalhadores diretamente. Mas, enfim, é uma década, eu acho, importante para, como eu disse, completar a minha formação e me permitir realmente essa abertura em termos de publicações.

Ligia Barros: Obrigada, professora. Acho que a gente já viu um pouco dos frutos da sua entrada no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Você já nos adiantou um pouco da década de 1990, mas a gente gostaria ainda de voltar lá quando você ingressa como professora, em 1978, para falar um pouco dessa sua entrada na universidade e de sua participação no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Relembrar um pouco os seus principais projetos de pesquisa, as parcerias e mesmo outras atividades que desenvolveu naquele período. Você já até falou um pouco sobre a importância desse centro de excelência que se formou, mas se quiser reforçar mais alguma coisa a respeito.

Elina Pessanha: Bom, eu entro em 1978, nós só tínhamos a graduação, alguns de nós eram mestres, outros ainda não tinham ingressado no mestrado, outros estavam cursando; mas a gente se arvora em criar um curso de especialização no primeiro momento. Convidamos algumas colegas mais velhas, da geração anterior, que tinham doutorado. Maria Stela Amorim era uma delas. Convidamos essas colegas para participarem também, mas nós, na verdade, pegamos o trabalho pesado, porque elas também tinham mais ocupações, e montamos o curso de especialização; e anos depois o mestrado, já de olho no doutorado. Nós precisávamos nos doutorar. Talvez por isso, no início da década de 1980 até a metade da década, todos nós ingressamos no doutorado, muitos em São Paulo. José Ricardo Ramalho foi, a Regina Morel foi logo depois de mim também, e alguns foram para o Museu Nacional, como Yvonne Maggie, Rosilene Alvim. Neide Esterci acabou depois indo para São Paulo também. Então fomos, pouco a pouco, nos doutorando e nos credenciando para poder pleitear o doutorado, a constituição do nosso doutorado; coisa que, finalmente, nós conseguimos. A nossa nota do programa foi progressivamente melhorando. Nós fomos assumindo, em rodízio, a coordenação da pós-graduação. Como eu disse, eu peguei na metade da década de 1990, depois peguei outra vez, e seguimos até alcançarmos uma nota – ficamos por um tempo com uma nota 6 até alcançar a nota 7, o que, evidentemente, nos encheu de orgulho.

Trabalhamos muito, éramos alguns grupos de pesquisa. Tínhamos o Laboratório de Pesquisa Social, voltado para alunos de graduação (nós chegamos ao ponto em que nós concedíamos bolsa – tivemos uma enorme dotação da Fundação Ford – 70 ou 80% dos alunos de graduação). Na verdade, era um projeto avassalador de criação e de formação de pesquisadores, que foi muito bem-sucedido. Eles depois, muitos deles vinham para o nosso mestrado, outros iam para mestrados pelo resto do país, mas em torno dos grupos, do Laboratório de Pesquisa Social, nós fomos constituindo núcleos. O Arquivo de Memória Operária entrou como núcleo do Laboratório de Pesquisa Social e foram se construindo outros núcleos sobre estudos de raça, estudos de gênero. José Ricardo construiu um sobre sindicalismo, tinha um sobre pensamento social, tinha sobre indígenas, estudos urbanos; enfim, foram se construindo vários grupos de pesquisa que se desovavam, num certo sentido, na pós-graduação. Porque nós começamos, nesses núcleos, a juntar nossos alunos de graduação com os nossos alunos de mestrado e doutorado, que estudavam os temas que eram pertinentes aos outros. Houve um fortalecimento dessas inter-relações em termos da pesquisa, entre graduação e pós-graduação, evidentemente com efeitos benéficos para a pós-graduação.

O fato de ter o laboratório, inclusive, pesava muito bem para a nossa avaliação da pós-graduação, de nós estarmos empenhados desde o início da graduação na formação de quadros que iriam depois se encaminhar para a pós-graduação. Então havia esses grupos de pesquisa em torno desses temas. Alguns desses grupos existem até hoje, estão até hoje na nossa pós-graduação. Depois se constituíram grupos com novas entradas, foram vindos professores novos, foram surgindo outros interesses; e ainda hoje nós nos organizamos em núcleos na pós-graduação. A nossa pós-graduação tem, acoplados a ela, vários núcleos de pesquisa, coordenados por um professor, reunindo professores, alunos etc. Então acho que essa nossa riqueza, em termos do investimento em pesquisa desde a graduação, na verdade, foi muito importante para qualificar a nossa pós-graduação, e ainda hoje é um trunfo importante para ela. É claro que nós estamos vivendo um momento de uma certa expectativa em relação a essa pós-graduação que nós criamos, porque ela era uma pós-graduação em Sociologia, Antropologia, ela era uma pós-graduação em Ciências Sociais. Houve um acordo, a Ciência Política se retirou, formou depois uma pós-graduação

não muito bem-sucedida em Ciência Política, e nós ficamos, a Sociologia e a Antropologia, mas acabamos de nos separar. Agora, recentemente, tivemos a primeira seleção de alunos para um e para outro, separamos os programas, Sociologia e Antropologia. Porque, de fato, naquela circunstância anterior, nós tínhamos uma colaboração muito grande entre professores da Sociologia e da Antropologia. Eu dou exemplos: José Ricardo Ramalho é sociólogo, Regina Morel é socióloga, Paola Capellin é socióloga, também. Mas estávamos eu, a Rosilene Alvim, que somos antropólogas junto a eles. Nós tínhamos projetos comuns. *O trabalhador carioca* era um projeto comum. Havia isso em outras áreas. Na área de pensamento social, uma colaboração muito estreita entre sociólogos e antropólogos. Isso foi acabando com o passar do tempo, com a aposentadoria de muitos de nós. Aposentadoria e afastamento, porque alguns de nós nos aposentamos, mas continuamos ligados ao programa. Outros efetivamente cessaram as suas atividades no IFCS. E, com isso, esse laço entre a Sociologia e a Antropologia se desfez. Agora nós estamos vivendo essa realidade dos programas, ainda sem muita clareza de como é que vai ser a avaliação dos programas, afinal de contas, nós somos um programa 7 e estamos abrindo mão dessa situação confortável, de uma certa maneira; ainda não sabemos quais vão ser os desdobramentos de tudo isso.

Ligia Barros: Obrigada, professora. Professora Elina, a senhora falou um pouco sobre os núcleos de pesquisa, a importância que eles tiveram para a pós-graduação da Sociologia e da Antropologia, e comentou do Arquivo de Memória Operária, que era, e é, um grupo liderado por você e que tem uma importância muito grande para a documentação da história do trabalho, dos trabalhadores e suas organizações. Então eu deixo aqui à vontade para que você complemente algo a esse respeito, principalmente sobre essa documentação histórica do trabalho.

Elina Pessanha: Olha, o arquivo começa muito modesto, na verdade, como eu disse, recolhíamos material de imprensa; recortávamos, pedíamos aos colegas que passassem para nós fotos, imagens, registros, entrevistas que realizavam nas suas pesquisas; mas nem sempre fomos muito bem-sucedidos. As pessoas têm um apego ao seu material de campo – eu falo porque também tinha um apego ao meu material de campo. Então Regina Morel, eu, José Ricardo, imediatamente doamos ao arquivo o nosso material

de pesquisa. Mas nem sempre os outros colegas reagiram assim. O que acontece um pouco depois é que há uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho, com o Roberto Freire, que na ocasião presidia o Partido Comunista Brasileiro. O partido estava finalizando suas atividades para se transformar num outro partido, como aconteceu, e ele queria, na verdade, dar um destino protegido, digamos assim, ao material referente à história do Partido Comunista Brasileiro. O arquivo de memória operária é um arquivo que tem um subtítulo “Centro de documentação sobre trabalhadores e suas organizações”, porque nós não só tínhamos memória dos próprios trabalhadores, particularmente, com muita memória de sindicato, coleções de jornais sindicais, sindicatos nos enviando material, mas nós abrimos a entrada de material sobre partidos. A gente já tinha coleções referentes aos partidos políticos que chamávamos de “partidos políticos comprometidos com as causas populares”, digamos assim, dos trabalhadores. Mas aí, nesse momento, há uma ênfase muito grande na memória do Partido Comunista Brasileiro, até porque estava havendo esse processo de uma certa dissolução, transformação. E aí entramos, com o Arquivo Edgard Leuenroth e outros arquivos importantes da memória trabalhadora no país, entramos no projeto e fomos designados no Rio de Janeiro como receptores do material. Com isso, ganhamos inúmeras coleções de militantes comunistas. Você entra lá e tem a impressão, muitas vezes, de um arquivo com uma ênfase, mas foi em função desse projeto. Recebemos também o material que era, na verdade, uma sobra de um arquivo do Partido Comunista, que estava enfurnado num porão, na zona portuária do Rio de Janeiro; fomos lá recolher, trouxemos para o Arquivo de Memória Operária. Mas foram principalmente as coleções de militantes e operários comunistas que enriqueceram e fizeram crescer extraordinariamente o nosso acervo. Nós temos coleção de arquivos sindicais, temos coleções de trabalhadores particulares de várias vertentes políticas – porque nos tornamos esse centro receptor, digamos assim, dessa memória – as pessoas levando material para lá. Temos esse material do Partido Comunista, que nós recolhemos na zona portuária e fomos recebendo doações de muitos militantes, participantes do Partido Comunista e outros. Temos uma coleção riquíssima, acho que talvez uma das maiores, sobre a memória do Partido dos Trabalhadores, também.

Recolhemos e, por uma série de circunstâncias, pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores nos doaram muita coisa. Temos essa coleção muito rica sobre o PT e sobre outros partidos, sobre o PTB, sobre o PSD, sobre outros partidos que, de alguma maneira, se interessam pela causa dos trabalhadores, mesmo que de forma indireta. E organizações, organizações clandestinas, já que militantes foram doando material. Então temos um farto material sobre isso.

Há uma história sobre um acervo muito importante dos comunistas que foi retirado do país no período da ditadura. Nós fizemos um seminário, inclusive, sobre isso. Por uma ação corajosa de algumas mulheres militantes do Partido Comunista, um acervo riquíssimo, de jornais, de material também particular, foi retirado do Brasil, levado até o cais do Porto, entregue a uma pessoa que o levou para a Itália, e ele ficou protegido na Fundação Feltrinelli, em Milão, ficou lá. Um pesquisador brasileiro (José Luiz del Roio) vai para lá, assume, ele estava envolvido nesse processo de deslocamento do acervo, fica lá e trata do acervo. Mais tarde, ele oferece cópias desse acervo. O Arquivo Edgard Leunroth tem uma parte. O responsável pelo acervo nos procurou, ofereceu e propôs nos vender (ao Arquivo de Memória Operária) as cópias do acervo em microfilmes. O acervo tem material desde o início do século XX, parte que pertenceu a Astrogildo Pereira. São 100 mil fotogramas, é um material riquíssimo, rolos e rolos de microfilmes. Eu aí consigo que a universidade se interesse e compre os microfilmes para a UFRJ. O pesquisador responsável em Milão vem, ajuda a implantar e tudo mais. Então o acervo vai ganhando corpo e importância, digamos assim, em termos do registro da memória. E é muito consultado, é consultado por estudantes, é consultado por grupos de escolas, mas também é consultado por pesquisadores brasileiros, principalmente historiadores, e até por pesquisadores estrangeiros.

Agora, hoje, há a possibilidade de acesso pela internet. De fato, a maior parte do acervo já está digitalizada, mas as visitas presenciais ainda acontecem. Evidentemente, caiu a procura presencial, muito. Mas é um acervo que é considerado importante. No momento, inclusive, sob a coordenação de um ex-orientando meu, hoje professor da UFRJ, Marco Antônio Perruso, há um projeto importante em desenvolvimento sobre o acervo do Amorj (Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro). Marco tem uma tese de doutorado,

premiada pela Anpocs e publicada em livro, sobre intelectuais dos anos 1970/80, os intelectuais que se abriram a perspectiva dos trabalhadores. Na tese,¹⁰ vários deles são entrevistados. Ele nos procurou para fazer uma pesquisa, que nós estamos desenvolvendo no momento, sobre intelectuais trabalhadores. No material do Amorj, estamos pesquisando a manifestação de trabalhadores, as manifestações públicas de trabalhadores. Ele é um estudioso em pensamento social, e pesquisamos o pensamento social dos trabalhadores. A professora da UFF, Maria Cristina Rodrigues, também está nessa pesquisa. Então o acervo, nesse momento, está sendo muito movimentado, digamos assim, pesquisado e analisado em função dessa nossa pesquisa.

Ligia Barros: Muito interessante, professora Elina. Mas vamos passar agora, então, para falar um pouco das experiências internacionais. Você realizou o pós-doutorado junto à Universidade de Londres e tem também missões científicas na Universidade de Lisboa, em Manchester, Paris e Sorbonne. Então gostaríamos de entender um pouco sobre essas suas experiências internacionais.

Elina Pessanha: A primeira experiência internacional é com Lisboa, exatamente. Nós fomos procurados, não ainda no grupo *In the same boat?*, não. Nós fomos procurados por um professor português, o Marinús Pires de Lima,¹¹ que estudava relações industriais, relações de trabalho, mas ainda sob essa ótica de relações industriais – ao estilo Richard Hyman, que nos convidou a realizar uma pesquisa conjunta. Nós fizemos, ele veio aqui, nós fomos a Lisboa, eu e Regina Morel. Essa foi uma primeira experiência frutífera, rendeu pesquisas, colaborações em congressos luso-afro-brasileiros. Um dos congressos realizados no Rio de Janeiro, a gente estava por trás da organização, se deve exatamente a esses contatos. Mas aí... Bom, fui, na década de 1990 ainda, em 1999, a Paris, pelo Capes/Cofecub, mas também muito em torno dessa questão dos estudos com a classe trabalhadora. E isso se repete, quando eu vou para Londres em 2001 para o pós-doutorado, mas, antes disso, nos anos 1990 ainda, eu vou a Manchester. Eu vou a Manchester também numa missão, num convênio que nós tínhamos, com o professor Huw Beynon, que tinha

¹⁰ PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”*: intelectuais e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.

¹¹ Convênio Lisboa (ISCTE) sobre relações industriais (Rio e Lisboa).

um trabalho sobre a Ford, um trabalho muito conhecido sobre a empresa Ford. E eu vou para lá passar também um mês com ele, mas ainda levando os resultados dessas pesquisas com trabalhadores, ainda muito nessa lógica de trabalhadores caminhando até o sindicalismo, porque isso é alguma coisa, num certo sentido, que remetia também a percepções políticas, o que me acompanhava desde o início, pensar como é que essas percepções políticas ganhavam uma conotação sindical, às vezes de oposição sindical, mas, frequentemente, sindical, por parte desses trabalhadores. E isso eu levo ainda para discutir em Manchester, um trabalho lá nesse sentido, e fico lá com o Marco Aurélio Santana com uma bolsa-sanduíche, e José Ricardo, que estava realizando um pós-doutorado.

Mas, nos anos 2000, no início, entre 2001 e 2002, eu me candidato a um pós-doutorado, eu e meu marido também, junto à Universidade de Londres, no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Londres. E vamos para lá, passamos um ano. Eu acho essa experiência, até anotei isso aqui, eu acho que essa experiência em Londres foi muito importante. Primeiro, aquele acesso, com o qual nós todos nos deslumbramos, às bibliotecas maravilhosas, com um material riquíssimo do mundo inteiro; e a acentuação de uma perspectiva comparada – que já estivera presente em Manchester muito, porque o Beynon era uma pessoa que queria entender o Brasil, veio ao Brasil, esteve conosco várias vezes, e sempre nos provocava em relação à comparação. Ele tinha, inclusive, uma posição que sinto que, infelizmente, nunca exploramos como deveríamos, eu e o grupo, pois ele dizia que nós devíamos olhar mais para os Estados Unidos e menos para a Europa, em termos de sindicalismo. Eu acho que nós nunca enfrentamos esse desafio. Ele tinha passado por todas essas experiências, mesmo que não estudado, pesquisado, mas observado. E ele nos dizia isso: “Vocês só olham para a Europa”. Porque ele via que a gente queria comparar com a Inglaterra. “Vocês só olham para a Europa, vocês têm que olhar para os Estados Unidos, vocês têm muitos pontos de aproximação com o sindicalismo americano, com a própria perspectiva de classe em relação a tudo isso.” Na verdade, teoricamente, ninguém ali no grupo enfrentou isso, mesmo José Ricardo, que era mais próximo a ele e tudo, e foi uma pessoa que abriu muito em termos dessa perspectiva comparada, que eu acentuei também nessa experiência na Inglaterra.

Eu mergulhei na história da classe trabalhadora inglesa, fui atrás dos livros mais antigos que escreviam sobre isso. Evidentemente, E. P. Thompson estava na retaguarda. Era uma produção que, durante a tese, eu não reconheci muito. Eunice era uma pessoa muito atenta a uma perspectiva mais avançada do marxismo e um pouco mais aberta, digamos assim. E eu, na tese, explorei muito Gramsci, porque Gramsci me deu uma saída para pensar sobre a experiência vivida, a importância da experiência vivida, sobre a percepção que os trabalhadores desenvolviam a respeito da realidade, da participação política etc. Mas eu ainda não conhecia Thompson profundamente, fui conhecer no finalzinho da tese, partindo para a defesa é que eu me aproximei de Thompson. Depois que Thompson apareceu nas nossas vidas, não só na minha como na dos outros professores do grupo, foi como se Thompson tivesse aberto uma porta, e a claridade se instalasse diante de nós. Thompson passou a ser uma referência, até hoje, importantíssima para todos nós. Essa vivência na Inglaterra me permitiu me aproximar não só da experiência inglesa como da bibliografia em inglês, que era acessível a mim. Isso foi muito bom para mim, voltei com uma outra perspectiva a respeito de como a classe trabalhadora vivia e se projetava.

Agora, esse início da década de 2000 já – e eu também persegui isso muito no pós-doutorado, a bibliografia sobre isso – já é o início de uma outra interlocução que Regina Morel e eu tínhamos começado com Angela de Castro Gomes, que era nossa amiga antiga, pessoal, mas com a qual nunca tínhamos trabalhado diretamente. A Angela vai entrevistar, com uma orientanda, o Dr. Evaristo de Moraes Filho, sobre a experiência do avô materno de Regina Morel. A Regina Morel era filha de Evaristo de Moraes Filho, neta de Evaristo de Moraes e neta, pelo lado materno, do fundador da Revista do Trabalho, Gilberto Flores. Quando, depois, Angela se despede e vai embora, a Regina me liga para contar da entrevista, e nós começamos a conversar sobre explorar um pouco mais isso, de voltar um pouco para essa história, porque nós já estávamos fazendo uma reflexão, dialogando muito com Eduardo Noronha, da Ufscar, sobre o modelo de relações de trabalho, e isso já estava nos preocupando. Que modelo de relação de trabalho é esse? Como é que ele está sendo visto pelos trabalhadores? Como é que ele está sendo acionado pelas instituições do trabalho? Enfim, esses desafios que, depois, eu viria a enfrentar com Karen Artur, com Sayonara Grillo. Mas, enfim, nós conversamos com a Angela: “Vamos começar um projeto

sobre a história da Justiça do Trabalho, o início etc.?”. Ela aceitou, e, no início da década de 2000, a gente começa as nossas entrevistas com os fundadores da Justiça do Trabalho. Para mim, particularmente, tem que ver se minhas colegas compartilhavam muito isso, para mim ficou claro, à medida que a coisa se desenvolvia, que havia uma lógica fundacional da Justiça do Trabalho. Magda Biavaschi sempre recupera isso, uma lógica fundacional que tinha eixos diferentes. E aí fui refletindo sobre os apoios que o projeto de Justiça do Trabalho de Vargas teve, projeto que na verdade era de Oliveira Viana. Como é que, com uma reação tão forte por parte dos liberais, grandes empresários, políticos liberais, intelectuais liberais, como é que, mesmo assim, o projeto ia adiante? Muito embora tenha sido derrotado no Congresso. Aí o jeito de lidar foi com o golpe do Estado Novo, enfiar a Justiça do Trabalho pela goela abaixo da sociedade. Mas, enfim, havia uma reação muito forte; e os apoios? E aí nós partimos para as entrevistas, e eu fui me dando conta, quando nós mapeamos, de que nós tínhamos representantes dessas linhas de apoio: a Igreja Católica Tradicional, representada pelo Bezerra de Menezes, que foi o primeiro presidente do TST, que era um advogado lá de Niterói, juiz do trabalho e tudo mais; o Evaristo de Moraes Filho, que era um socialista; e o Arnaldo Süssekind, que representava a lógica corporativista. Embora ele não fosse um grande teórico, mas, enfim, teve uma produção, trabalhou muito e fez parte da comissão que redigiu a CLT.

Bezerra de Menezes, infelizmente, nós não conseguimos entrevistá-lo. Ele estava um pouco já se desinteressando pelas coisas mais corriqueiras, e nós não conseguíamos seguir com a entrevista. Mas entrevistamos o Arnaldo Süssekind, antes de eu ir para a Inglaterra. Depois, enquanto eu estava na Inglaterra, Regina Morel e Angela, e depois Regina Morel sozinha (houve muitas interrupções), entrevistaram Evaristo de Moraes Filho. Eu considerava que esses três eixos, digamos assim, eram eixos de apoio por razões diferentes, porque, na verdade, a razão que os unia era a possibilidade da intervenção do Estado protegendo os trabalhadores. Aí a doutrina social da igreja justificava, o socialismo justificava, o corporativismo também, cada um pisando mais forte no pedal, mas todos justificavam. E aí, com isso, quando eu volto da Inglaterra, e já com essa visão, que era uma visão muito comparativa, a gente continua a pesquisa sobre a história da Justiça do

Trabalho; aí produzimos os dois livros com o Evaristo;¹² em seguida, o do Sússekind,¹³ que a gente publica no início da década de 2000. E aí partimos para a ideia de ouvir os juízes do trabalho, na linha do que Werneck Vianna vinha capitaneando com um grupo, sobre a Justiça em geral.

Agora, vamos voltar para a Justiça do Trabalho. Em seguida pesquisamos os magistrados¹⁴ do trabalho, fizemos um grande *survey* com todos os juízes trabalhistas do país. resposta não foi tão boa quanto nós esperávamos, mas permitiu, enfim, chegar a algumas conclusões iniciais. Então essa possibilidade de pensar diferentes sistemas de organização e regulação das relações de trabalho nos tomou nesse período, muito. Estudando os fundadores, depois a magistratura, pensando os desafios das mudanças propostas. Karen Artur e eu escrevemos sobre¹⁵ – e eu também com o Noronha escrevemos um artigo sobre os desafios das mudanças da regulação do trabalho.¹⁶ Escrevemos em livros de Dari Krein, em 2009, 2013. O Dari também tem um livro em que colaborei, que propõe uma reflexão sobre a visão dos direitos do trabalho depois da Constituição de 1988.¹⁷

Então o pós-doutorado me rende essa perspectiva comparativa, e eu acho que acentua a preocupação de me aprofundar na história do modelo de relações de trabalho no Brasil. Isso foi o que o pós-doutorado significou e me levou a esse aprofundamento, digamos, em termos de conhecimento do nosso modelo. Uma outra observação é que esse também é o momento em que eu retorno a minha aproximação com a indústria naval, pois é também o momento em que o projeto *In the same boat?* se apresenta. Eu sou procurada, como as outras pessoas são, para fazer parte do grupo.

¹² PESSANHA, Elina; VILLAS BÔAS, Gláucia; MOREL, Regina. *Evaristo de Moraes Filho: um intelectual humanista*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. MOREL, Regina; GOMES, Angela; PESSANHA, Elina. *Sem medo da utopia: Evaristo de Moraes Filho, arquiteto da sociologia e do direito do trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 2007.

¹³ MOREL, Regina; PESSANHA, Elina; GOMES, Angela. *Arnaldo Sússekind: um construtor do direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

¹⁴ MOREL, Regina; PESSANHA, Elina. Magistrados do trabalho no Brasil: entre a tradição e a mudança. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 31, jan.-jun., 2006. MOREL, Regina; PESSANHA, Elina. A Justiça do Trabalho. *Tempo social*, v. 19, n. 2, p. 121-141, nov. 2007.

¹⁵ ARTUR, Karen; PESSANHA, Elina. Construção social dos direitos do trabalho no Brasil: resistências democráticas à reforma trabalhista de 2017. *Século XXI*, Santa Maria, v. 8, n. 2, p. 563-588, jul.-dez. 2018.

¹⁶ PESSANHA, Elina; NORONHA, Eduardo. A complexidade da normatização do trabalho no Brasil. In: KREIN, José Dari et al. (org.). *Regulações do trabalho e instituições públicas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, v. 2, p. 65-72.

¹⁷ KREIN, José Dari; SANTANA, Marco Aurélio; BIAVASCHI, Magda Barros (org.). *Vinte anos da Constituição Cidadã no Brasil*. São Paulo: LTr, 2010.

E aí nós damos início a essa colaboração, realizando vários encontros em diferentes lugares do mundo. E, num certo sentido, eu retomo essa questão que me persegue até hoje. Quando me pedem para falar de classe trabalhadora, eu só me sinto à vontade para falar dos trabalhadores metalúrgicos da indústria naval.

Elina Pessanha: Gostaria de destacar sobre a minha produção durante essas décadas. Como pude ver, quando montei um quadro demonstrativo da minha trajetória acadêmica, a questão da memória atravessa todo esse período. Para além de manter o Arquivo de Memória Operária, estar sempre tentando atrair novos materiais, novas coleções para ele, fui sempre escrevendo pequenas peças que se referiam à essa questão da memória e à questão dos arquivos. Eu escrevi um artigo há muito tempo atrás, com Sandra Rebel Gomes,¹⁸ sobre os arquivos de memória dos trabalhadores no Brasil, fazendo um apanhado dos arquivos existentes, de um livro sobre arquivos na Iberoamérica. Enfim, escrevi sobre coleções, escrevi sobre a coleção Astrojildo Pereira,¹⁹ escrevi sobre a memória de um perseguido da ditadura. Enfim, sempre aparecem oportunidades, e eu me refiro a essa ligação que tenho com a questão da memória, da preservação da memória; e que se configura também na atividade que tenho no momento no Conselho Nacional de Arquivos, como representante da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), que é responsável pela formulação da política nacional arquivística, e agora fazendo parte, inclusive, da comissão organizadora da 2ª Conferência Nacional de Arquivos, que vai se realizar em maio deste ano [2026]. Então gostaria de registrar também esse aspecto.

Karen Artur: Boa tarde a todos, boa tarde professora Elina Pessanha, nós vamos dar continuidade à entrevista agora no nosso segundo bloco, enfatizando sobre a sua

¹⁸ PESSANHA, Elina; GOMES, Sandra. Guia dos centros de documentação, formação e assessoria ao movimento operário e sindical: situação em abril de 1992. In: AGUSTÍN, Garrigós Fernández; AURELIO, Martín Nájera (ed.). Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protección de los Archivos de los Trabajadores y sus Organizaciones. *Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales*. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 1992, p. 45-128.

¹⁹ PESSANHA, Elina; GUEDES, Rodrigo. A Coleção Astrojildo Pereira no AMORJ/Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. *Trabalho necessário*, v. 17, p. 332-342, 2019.

produção acadêmica. Nós gostaríamos de mais uma vez reforçar o agradecimento à Escola de Serviço Social da UFF que nos forneceu a infraestrutura para esta entrevista, aqui em Niterói. Na preparação da entrevista, nós destacamos uma variedade temática e metodológica na sua produção, além de diversas interlocuções de pesquisa. Em seu percurso acadêmico, está presente a questão do sindicalismo, da regulação do trabalho, com uma preocupação sobre a relação entre a ação coletiva e a construção de direitos dentro de contextos específicos, também uma preocupação com os aspectos regulatórios que podem prejudicar essa ação coletiva ou até mesmo as próprias instituições públicas democráticas. Nesta parte da entrevista, nós vamos dar continuidade ao destaque a nomes de parcerias, produções e inspirações sobre essas questões acadêmicas. A professora já mencionou a parceria com as professoras Regina Morel e Angela de Castro Gomes, em estudos sobre a Justiça do Trabalho; e as suas pesquisas que reforçam as trajetórias de nomes importantes nessa área do trabalho, como o professor, nome de destaque maior, Evaristo Moraes Filho. Qual a importância do pensamento do Evaristo Moraes Filho para essa área, professora? Muito obrigada.

Elina Pessanha: Bom, Evaristo Moraes Filho é fundamental para se entender a questão da história da Sociologia do Trabalho no Brasil. Eu gostaria de lembrar que, enquanto alguns sociólogos renomados e altamente respeitados, admirados por mim e pelos colegas, produziram mais em São Paulo; Evaristo produziu aqui no Rio de Janeiro, de um lugar muito especial, porque, além de ser sociólogo, ele era formado em Direito do Trabalho e professor de Direito do Trabalho da Faculdade Nacional de Direito, que passou a fazer parte da UFRJ. E isso por quê? Porque, enquanto esses sociólogos atribuíam um certo atraso às classes trabalhadoras em relação à sua percepção sobre a realidade social, inclusive comprometendo a possibilidade de projetos de modernização e de desenvolvimento no país, Evaristo de Moraes Filho, na mesma década, ou até um pouco antes (e eu falo aqui da década de 1950 e 1960), produz uma obra em que diz (é a famosa negação da tese de outorga) que Getúlio Vargas não deu a legislação trabalhista para os trabalhadores brasileiros, mas que os trabalhadores brasileiros conquistaram esses avanços através das suas demandas, das suas lutas, das suas exigências, das suas ações. A professora Magda Biavaschi mostra como, mesmo antes da legislação de 1943, trabalhadores e até

trabalhadoras mulheres (que recém tinham conquistado a liberdade de ir à justiça sem autorização dos maridos) pleiteavam seus direitos junto às varas existentes naquele embrião de Justiça de Trabalho que se constituiu na década de 1930. Então Evaristo é um precursor e é, na verdade, o primeiro a reconhecer o papel preponderante dos trabalhadores nesse processo – dos trabalhadores, das suas lutas e das suas associações.

Angela Castro Gomes vai retomar isso quando escreve *A invenção do trabalhismo*.²⁰ Ela está se pautando nessa tese de Evaristo. Não à toa, ela o chama para escrever o prefácio de seu livro, quando ela publica a tese. Então Evaristo trouxe a contribuição da Sociologia do Trabalho carioca à história da Sociologia do Trabalho no país. E, com ele, nós aprendemos a reforçar a nossa perspectiva da importância da fala dos trabalhadores nesse processo. Ele publica, em 1952, *O problema do sindicato único*,²¹ onde ele explora e critica o modelo varguista, mas critica o modelo varguista exatamente porque é um modelo que se arvorava como o principal autor desses avanços que se observaram, se concretizaram na década de 1940. Então Evaristo foi importantíssimo. Evaristo, digamos assim, jogou lenha na fogueira da nossa visão; não só na minha, na de vários naquele momento, em nossa visão sobre a importância dos trabalhadores no processo de construção dos direitos e dos direitos do trabalho, especialmente no país. E, na verdade, inaugurou uma linha que depois, num artigo²² que José Sérgio Leite Lopes escreve e convida a José Ricardo Ramalho e a mim para participar da autoria, ele mostra exatamente esse caráter inovador. Então ele foi importantíssimo para reforçar essas nossas posições, para nos indicar trilhas, para entender esse processo e indicar o protagonismo da classe trabalhadora em tudo isso.

Karen Artur: Professora Elina, dentro dessa preocupação com abordagens a respeito dos espaços de construção de direitos e de resistências face à desconstrução do direito do trabalho, a exemplo da parceria que gerou a obra *OIT 100 anos*, nós vamos continuar as perguntas agora com foco nessas parcerias.

²⁰ GOMES, Angela. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice; UERJ, 1988.

²¹ MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

²² LOPES, José Sérgio Leite; PESSANHA, Elina; RAMALHO, José Ricardo. Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, *Educação & Sociedade*. v. 33, n. 118, 2012.

²³ PESSANHA, Elina; RODRIGUES, Maria Cristina; BARROSO, Marcia. (org.). *OIT 100 ANOS*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

Dentro da linha de pesquisa Direito do Trabalho e Cidadania, uma preocupação sem dúvida passou a ser os efeitos da reforma trabalhista. E essas parcerias, elas se refletem na relação com o grupo de pesquisa Cirt (Configurações Institucionais e Relações de Trabalho), da UFRJ, coordenado pela professora Sayonara Grillo, também com o grupo de trabalho *Reformas Trabalhistas na América Latina, Aproximações e Diálogo*, do Comitê Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), liderado pela professora Magda Biavaschi. A professora poderia tratar dessas experiências e preocupações com essas construções e desconstruções do Direito do Trabalho?

Elina Pessanha: Sem dúvida, eu acho que eu já vinha desenvolvendo ou pelo menos desdobrando essas preocupações em termos dos efeitos da regulação trabalhista a partir das fontes reguladoras desse direito com a professora Karen Artur, que naquele momento ainda estava em São Carlos, trabalhando com o professor Eduardo Noronha. Eu acho que foi ela, no seu trabalho importantíssimo sobre o Tribunal Superior do Trabalho,²⁴ que abriu essa trilha importante para a gente pensar a questão de onde se produz; onde se reproduz; onde, na verdade, se acaba esvaziando esse processo de conquista de direitos tão duramente levado pelos trabalhadores e seus aliados. A parceria com Sayonara Grillo, eu acho que avança bastante nesse sentido também. Karen Artur e eu nos juntamos a ela, com outros colegas, e aí já realmente nesse diálogo que se mostrou bastante frutífero, entre a regulação e as instituições reguladoras ou controladoras da regulação do trabalho no Brasil. E essa preocupação vai render muitos frutos. A gente vai trabalhar junto, a gente vai organizar eventos juntos, a gente vai escrever junto. Acho que há muitos frutos. A gente vai formar pessoas juntas, umas participando nas bancas de formação das outras. Então acho que há um diálogo, sem dúvida nenhuma, não só com o José Dari Krein, em Campinas, que nos chama para pensar a questão da reforma trabalhista; como com a Magda Biavaschi, que também está trabalhando nessa linha a que me referi; e Sayonara Grillo. Então vamos ter aproximações para pensar os desafios – desafios inclusive já em relação

²⁴ Ver: ARTUR, Karen. *O TST frente à terceirização*. São Carlos: EdufsCar; Fapesp, 2007.

às novas formas de trabalho; desafios em relação à questão da terceirização;²⁵ os desafios que estão colocados em relação a essas novas formas de trabalho, que hoje se desdobram até o interesse pela questão da plataformização, que está colocado também, passando pelo teletrabalho. Nós vamos desenvolver uma pesquisa com a CUT sobre os trabalhadores do teletrabalho, Karen Artur está também nessa pesquisa. Maria Cristina Rodrigues, que é uma parceria mais recente, mas não menos importante, pensa essas questões relacionando-as muito à ação sindical, o que também é de nosso interesse. Karen Artur e eu, inclusive, temos um texto recente em que a gente trabalha não só com a regulação, mas com as respostas sindicais às mudanças da regulação. ²⁶ Então essas parcerias foram todas muito importantes. Eu acho que o professor Noronha, num certo sentido, está embutido nisso diretamente ou através de Karen Artur, foi uma pessoa importantíssima, uma referência também, um outro guru nas nossas vidas. Todas essas parcerias, na verdade, nos estimularam a produzir, a continuar, a abrir novas veredas de trabalho. E, mais recentemente, também através de Karen Artur, a parceria com Lígia Barros de Freitas, que trabalha muito com Karen, e que tem um trabalho muito bonito também. ²⁷ É um prazer incluí-la nessa lista de colaboradores.

Eu queria destacar, em relação à indústria naval, embora meio fora de lugar, a parceria com Luísa Pereira, que foi minha orientanda de mestrado e doutorado, em teses também, sobre a indústria naval. Ela é minha companheira no grupo *In the same boat?* Nós temos escrito, ano passado, inclusive, publicamos um capítulo juntas, num livro em inglês sobre um projeto que esse grupo com o qual tenho relações em Oviedo ²⁸ vem desenvolvendo, que é um grupo que está preocupado com a questão da desindustrialização. Uma questão que não

²⁵ PESSANHA, Elina; ARTUR, Karen. Notas dissonantes: instituições públicas, discursos sobre terceirização e direitos do trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros *et al.* (org.). *Terceirização e as reformas trabalhistas na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2022, p. 99-113.

²⁶ ARTUR, Karen; PESSANHA, Elina. Direito do Trabalho em tempos de neoliberalismo e reformas no Brasil: questionamentos jurídicos e respostas sindicais. In: PESSANHA, Elina; FRAGA, Alexandre; SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Adeus à CLT? Passado, presente e futuro da legislação trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2025, p. 232-256.

²⁷ FREITAS, Lígia Barros de. *A política e o TST na constituição dos direitos do trabalho*. São Paulo: LTr, 2011.

²⁸ PESSANHA, Elina; PEREIRA, Luísa Barbosa. Memory, work and resistance: the case of naval industry in Rio de Janeiro. In: VEGA, Ruben; DÍAZ, Irene (org.). *Desindustrialization: memory, heritage and representations*. Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, Espanha, 2024, v. 1, p. 133-150.

é muito assumida no Brasil, que foi assumida recentemente, de forma mais afirmativa, com o papel de destaque que Lula atribuiu ao vice-presidente Alckmin, indicado para Ministro da Indústria e do Desenvolvimento. Quer dizer, há uma perspectiva de que nós precisamos investir ou voltar a investir na industrialização. Então essa questão da desindustrialização, que está colocada como central para esse grupo de Oviedo – desindustrialização e seus efeitos amplos – inclusive de ordem cultural, é uma preocupação que também nos mobiliza e que faz sentido no caso da história recente do Brasil, apesar de muitos economistas não admitirem que isso vem ocorrendo.

Karen Artur: Professora, muito obrigada. Eu gostaria que a professora falasse um pouco mais sobre uma parceria que você já citou, acabou de citar, mas que é muito importante, com a professora Maria Cristina Paulo Rodrigues, aqui da UFF. Vocês têm um texto em que discutem dados de uma pesquisa realizada em 2011/2012 e outra em 2022, sobre a percepção das mulheres acerca do trabalho na área de telecomunicações. ²⁹ Professora, poderia tratar desse tema?

Elina Pessanha: Tem essa parceria, esse trabalho tem essa parceria com a Cristina e retoma também uma linha de parceria, a que eu me referi lá na frente, sobre responsabilidade social das empresas, com a professora Paola Cappellin, que é uma estudiosa muito preocupada com questões de gênero. Essa parceria com a Cristina e com a Paola foi em cima de um livro que tratava exatamente das mulheres nas telecomunicações. ³⁰ A Paola tem um trabalho muito bonito, inclusive a partir de uma pesquisa não só bibliográfica como iconográfica, com as mulheres telefonistas, aquelas que sentavam com o telefonzinho e ficavam, na verdade, possibilitando a comunicação telefônica no Brasil, lá nos primórdios. E Cristina, que trabalhou com as trabalhadoras de *call center*. Então elas têm um belo livro sobre isso. Eu prestei uma colaboração e um

²⁹ RODRIGUES, Maria Cristina Paulo; PESSANHA, Elina. Mulheres, trabalho e direitos. Ocupação Mulheres 2023. ABET, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://abet-trabalho.org.br/ocupacao-mulheres-2023-mulheres-trabalho-e-direitos-por-maria-cristina-paulo-rodrigues-e-elina-pessanha/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

³⁰ CAPPELLIN, Paola; RODRIGUES, Maria Cristina Paulo; AGUIAR, Lucília Maria Barbosa (org.). *Vozes do passado e do presente: o trabalho das mulheres nas telecomunicações do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sinttel-RIO; Amorj/UFRJ, 2013.

apoio, fui convidada a escrever o prefácio do livro. Elas são também interlocutoras importantes, introduzindo essa questão do gênero como fundamental.

Nos livros mais recentes, eu contei com a colaboração de parceiras também importantes. No caso do livro sobre a OIT, a parceria com Márcia Barroso, que foi minha orientada de doutorado, que fez uma tese bonita sobre a OIT. Ela foi fazer uma bolsa sanduíche com o meu colega Afrânio Garcia, em Paris, com quem eu tinha estado para uma missão científica pouco antes. Ela vai, em seguida, com uma bolsa sanduíche, e vai inclusive à OIT, faz uma pesquisa muito interessante na OIT; na volta, ela publica a tese ³¹ e depois nós juntas publicamos esse livro por ocasião dos 100 anos da OIT. Também com Mônica Paranhos, que é outra orientanda de doutorado e que tem muito interesse na história do Dieese, com trabalhos publicados sobre isso, publicamos um livro sobre o Dieese em 2022. Com a Cristina, voltando à sua pergunta, há colaboração estreita até hoje. Ela está nessa pesquisa sobre intelectuais da classe trabalhadora, é minha parceira direta. O professor Marco Antônio Perruso é o coordenador, mas nós duas somos parceiras numa parte da pesquisa. É uma parceria muito importante, porque é a parceria que abre exatamente essa frente de contato com a ação sindical, que sempre me interessou. Ela é uma estudiosa do sindicalismo, é uma estudiosa das mulheres no sindicalismo. Enfim, é uma parceria muito frutífera, que abre uma interlocução importante para mim. Sayonara Grillo, Karen Artur e eu publicamos um artigo recente, ³² muito nessa linha da institucionalização dos direitos do trabalho, de como as instituições se comportam em relação a isso, para o bem e para o mal, como a gente, eu acho, tem reconhecido muitas vezes.

Karen Artur: Professora Elina, você citou essa parceria com Paranhos, que resultou no livro *Dieese, instituição da classe trabalhadora*. ³³ Durante o período pandêmico, mesmo no governo Bolsonaro, você manteve a perspectiva de aglutinar pesquisadores, e, além desse livro sobre o Dieese, também foi publicado um livro de

³¹ BARROSO, Márcia Regina Castro. *A OIT e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

³² GRILLO, Sayonara. ARTUR, Karen; PESSANHA, Elina. Direito do trabalho e Supremo Tribunal Federal: embates entre a regulação jurídica de mercado e a justiça social. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 147, p. 195-224, 2023.

³³ PARANHOS, Monica; RODRIGUES, Maria Cristina; PESSANHA, Elina (org.). *Dieese - Instituição da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

produção coletiva chamado *Trabalho em tempos de crise*.³⁴ Professora, como foi essa produção, como foi esse período, como foi produzir durante esse período pandêmico e do governo Bolsonaro? Houve dificuldades, você que é do meio acadêmico, de conseguir financiamentos? Quais foram as preocupações de produzir durante aquele período?

Elina Pessanha: Nós estamos bastante acostumados a trabalhar sem financiamento. Isso evidentemente dificulta e atrasa as pesquisas. Na pandemia, acho que teve o complicador da desagregação. Acho que, na verdade, o conjunto de pesquisadores se fragmentou. Foi um ano em que não tivemos congressos, não tivemos reuniões, não realizamos seminários. Todas as oportunidades em que poderíamos abrir uma interlocução direta com os nossos colegas, todas essas possibilidades ficaram mais fechadas durante o ano inteiro. Então isso foi realmente terrível para o avanço do conhecimento em geral, e nós, evidentemente, sofremos com isso. Mas acho que nós adotamos uma perspectiva que foi, no Arquivo Operário, de continuar realizando seminários online, puxando temas, tentando colocar as pessoas para discutir, dando publicidade ao lançamento de livros dos nossos colegas, discutindo os temas e escrevendo. Não à toa, Maria Cristina e eu temos um artigo que se chama *No olho do furacão*,³⁵ escrito em plena pandemia, mas que era exatamente para mostrar como um sindicato (no caso do Sindicato das Telecomunicações do Rio de Janeiro, onde ela trabalha mais diretamente) estava reagindo e tentando ao máximo incorporar a proteção aos trabalhadores atingidos pelos efeitos da pandemia. E o artigo tem a finalidade exatamente de mostrar essa experiência. Nós sabemos que essa experiência não pode ser generalizada, nós sabíamos disso, mas nós achamos importante que se tornasse pública tal experiência, para que ela provocasse eventualmente outras manifestações e, num certo sentido, iluminasse, em termos de possibilidades, a experiência de outros sindicatos. O título *No olho do furacão* foi sugerido pelo presidente do Sindicato das Telecomunicações, Luís Antônio: “Vocês escrevam um artigo e chamem de *No olho do furacão*”.

³⁴ Ver: RODRIGUES, Maria Cristina; BARROSO, Márcia; PESSANHA, Elina (org.). *Trabalho em tempos de crise: desafios e perspectivas da luta por direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

³⁵ PESSANHA, Elina; RODRIGUES, Maria Cristina. *No olho do furacão: a ação sindical possível em tempos de Covid-19 – o caso Sinttel Rio*. *Revista Dilemas*. Reflexões na pandemia, p.1-6, 2020.

E foi o que nós fizemos, porque exatamente nós estávamos no olho do furacão naquele momento.

Karen Artur: Elina, dando continuidade às parcerias. Uma recente, muito importante, foi fruto do projeto CNPq Universal, *Trabalho e Direito em tempos de pandemia: reconfigurações das práticas laborais, ações coletivas e inter-relações entre atores e instituições*.³⁶ No ano de 2025, como produto desse projeto, você e outros colegas organizaram um livro,³⁷ fruto do Seminário 80 anos da CLT, passado, presente e futuro das relações de trabalho no Brasil. Qual foi a motivação desses seminários e quais constatações dos autores que mais lhe chamam atenção?

Elina Pessanha: Havia uma razão histórica. A CLT estava completando 80 anos. E nós realizamos em 2023, ela é de 1943, exatamente naquele ano. Tínhamos um impedimento, não tínhamos recursos para organizar esse seminário. Então, em princípio, convidamos só colegas do Rio de Janeiro, colegas historiadores, economistas, sociólogos, advogados, e incluímos sindicalistas. Achamos que seria interessante que o seminário contemplasse a visão de sindicalistas diretamente atingidos pela desregulação do trabalho ou para quem estivesse sendo, de alguma forma, colocada a perspectiva de inclusão na CLT. Nós convidamos plataformizados, que eram os entregadores; um sindicalista, liderança não assumida, porque, na verdade, eles preferem assim, uma liderança não assumida dos entregadores, mas que nós reconhecemos como tal; e uma mulher que deu um depoimento muito bonito, que era representante e liderança também dos camelôs, trabalhadores informais, que vão para a rua com a sua barraquinha para vender coisas, são perseguidos pela polícia, incompreendidos, objeto das maiores reclamações de comerciantes e passantes, enfim. Convidamos esses dois também. Fora isso, várias pessoas

³⁶ Seminário atividade do Projeto CNPQ Universal “*Trabalho e Direito em tempos de pandemia: reconfigurações das práticas laborais, ações coletivas e inter-relações entre atores e instituições*”. Processo: 408318/2021-0 Chamada: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados, financiado pelo CNPQ e em execução entre 22 de março de 2022 e 22 de março de 2025. O projeto é coordenado pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Santana, docente do IFCS/UFRJ, e conta com a participação das seguintes instituições: UFRJ, UFF e UFJF.

³⁷ PESSANHA, Elina; FRAGA, Alexandre Barbosa; SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Adeus à CLT? Passado, presente e futuro da legislação trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2025.

que, de alguma maneira, nós reconhecíamos como importantes por refletirem sobre a CLT, o seu papel, as dificuldades que ela tinha enfrentado durante todas essas décadas.

O seminário contou com alguns especialistas; abrimos o seminário com a Angela de Castro Gomes, que está ligada por sua obra, diretamente, ao surgimento do trabalhismo, da Justiça do Trabalho, e seguimos com outros especialistas. Temos textos muito interessantes que tentam recuperar o atraso dos trabalhadores rurais em sua inclusão sob o guarda-chuva das CLT, das mulheres, das empregadas domésticas, até chegarmos a esses grupos, que são grupos que estão fora da CLT e para quem está sendo colocado (como no caso dos entregadores) a possibilidade remota de estarem protegidos pela CLT – e com o agravante de que eles questionam essa possibilidade. Então nós achamos que isso era interessante. Convidamos o professor Rodrigo Carelli, que é um crítico, um protetor apaixonado dos direitos do trabalho e um crítico duro da posição que o Supremo Tribunal Federal tem tido em relação às questões ligadas a esse tema. A reação do Supremo é de posição contrária, inclusive, às posições do Tribunal Superior do Trabalho, que ultimamente tem tido manifestações um pouco mais avançadas em relação à própria CLT. Convidamos o professor Rui Braga, cujo texto encerra o livro, que é um pouco cético em relação aos benefícios, por um lado, da CLT e às perspectivas de um futuro positivo, para não só o aprofundamento, como a expansão da proteção trabalhista. Enfim, o livro tem desde posições mais simpáticas e defensoras da CLT, não necessariamente defensoras, no sentido estrito, mas reconhecedoras da importância que ela trouxe para as relações de trabalho no Brasil, da importância do tipo de proteção que ela trouxe diante, enfim, das ameaças que as elites patronais sempre apresentaram em relação aos trabalhadores. Então tem desde essas posições até posições mais críticas, posições mais pessimistas. Uma sessão se chamava “Adeus à CLT?”. E eu acabei defendendo que esse fosse o título do livro, porque achei que ele seria um pouco mais provocativo em relação ao que estamos vivendo hoje. Estamos nos despedindo da CLT? Ela vai acabar inteiramente? O que isso significa? Em quê isso pode sinalizar uma perda efetiva dos direitos e apontar ou para a substituição ou para o aprimoramento dela? Essa questão está no ar.

Não sou tão pessimista quanto o Rui Braga, pelo menos nesse texto, mas me preocupo bastante com o futuro da legislação trabalhista em nosso país. Acho que, na verdade,

a gente conta com esse crítico contumaz que é o Supremo Tribunal Federal, onde a maioria dos ministros tem essa posição tão refratária à legislação e à instituição, como mostrou o juiz do TRT-10, Grijalbo Coutinho. Na verdade, percebe-se em algumas manifestações um certo menosprezo pelo papel que a Justiça do Trabalho desempenha no Brasil. Uma alegação de muitos gastos, uma alegação de excesso de processos, como se essas pessoas não estivessem vendo o desrespeito contínuo e cotidiano aos direitos do trabalho na nossa sociedade. Então há razões para pessimismo, mas a gente não sabe se os trabalhadores reagirão a isso. Algumas instituições terão força para se manter, para dar continuidade ao seu trabalho? Acho que isso ainda é uma incógnita. Nesse sentido é que não sou totalmente pessimista. Acho que ainda há espaço para a defesa dos direitos do trabalho. Eu acho que isso deveria contar mais com manifestações explícitas e crescentes da própria classe trabalhadora. Isso eu não vejo muito. Eu acho que somos mais nós, os acadêmicos, pelo menos muitos de nós, são as pessoas que trabalham na Justiça, a grande maioria delas, que conseguem entender a sua importância. Parte dessas autoridades que estão em alguns dos tribunais superiores, parte dos juízes, porque, pelo que venho observando da nossa pesquisa, na década de 2000 para hoje, se acentuaram as manifestações mais críticas à Justiça do Trabalho, tal como ela se apresenta no seio da magistratura. Posso estar enganada, mas acho que essa é uma leitura possível de se fazer pelas manifestações em pesquisas posteriores. Acho que, no momento em que nós realizamos, as posições favoráveis à manutenção da Justiça do Trabalho, como ela se apresentava, eram mais fortes. Mas acho que isso também é algo a se investigar, essas pesquisas têm que ser retomadas, a gente tem que acompanhar. Se não é um mero defender de posição e de emprego, mas se é um efetivo compromisso com a importância que a Justiça do Trabalho tem na nossa sociedade, eu acho que isso precisa, sim, chegar.

Karen Arthur: Professora Elina, entre as parcerias e atividades suas, é notória sua constante participação no debate público e nas atividades da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Reconfigurações do Trabalho, a Remir. Você gostaria de se aprofundar nessas atividades, professora? Sobre a Remir?

Elina Pessanha: Eu tenho essa participação que se dá através do Arquivo de Memória Operária, participação que decresceu um pouco nesse último período por razões

de ordem pessoal. Espero que a gente possa retomar a participação plena do Arquivo de Memória Operária em discussões que a gente mesmo torna públicas. A Remir é uma rede formada por colegas, os mais ativos na área da Sociologia, da Economia, da Antropologia. Hoje há tantas áreas ligadas à temática do trabalho, da saúde, da educação. Acho essa rede importantíssima! Reúne interesses tão diversificados e se apresenta como um espaço especial na divulgação dos temas, na provocação de medidas. Ela promove a participação e a intervenção no debate público, não só nas ruas, mas até no Congresso Nacional. Enfim, é uma rede que reúne todos nós, estudiosos desses temas, e tem um papel, sem dúvida nenhuma, essencial a desempenhar em todo esse processo. Eu faço parte da rede, tento contribuir, muito pouco, aliás, dentro das minhas possibilidades, mas presto todas as homenagens aos colegas que têm sustentado essa rede e dado continuidade aos trabalhos.

Ligia Barros: Elina, a senhora utiliza, com mais frequência em suas pesquisas, a metodologia qualitativa. Entretanto, na sua pesquisa sobre a magistratura do trabalho, você se utilizou muito da metodologia quantitativa. A gente gostaria de entender um pouco sobre isso, e que você nos contasse sobre essa pesquisa, sobre a metodologia.

Elina Pessanha: De fato, eu sou antropóloga de formação, e a minha prática mais frequente, em termos de pesquisa, é de ordem qualitativa. Realmente, tomar os depoimentos, fazer pequenas incursões etnográficas, é uma característica do meu trabalho de pesquisa. No entanto, quando a década de 2000 já avançada, eu realizei, com as professoras Regina Morel e Angela de Castro Gomes, uma pesquisa sobre os juízes do trabalho (todos os juízes do trabalho no Brasil), a fim de traçar exatamente um quadro das suas características, também das suas percepções sobre uma série de temas que nós apresentamos a eles; nós nos utilizamos de uma metodologia quantitativa. Na verdade, nós aplicamos questionários a todos os juízes. Os questionários foram enviados através da Associação Nacional da Magistratura da Justiça do Trabalho (Anamatra), que nos forneceu todos os contatos. Era uma associação com praticamente 100% de adesão dos juízes. Todos os juízes se filiavam à Anamatra naquela ocasião. Era uma associação, na época dirigida pelo juiz Grijalbo Coutinho, que atuava na região Norte. E, depois, recebemos os questionários. Eles foram devidamente quantificados. Os dados que eles continham foram objeto de uma contagem, de uma avaliação quantitativa, para que a gente pudesse realizar

uma análise, uma comparação entre gerações, entre grupos. Foi, na verdade, uma novidade para todas nós. A Angela Castro (historiadora), Regina (socióloga) e eu (antropóloga), nenhuma de nós tinha maior experiência com pesquisas desse tipo. Mas foi uma experiência boa, foi uma experiência instrutiva para nós. Evidentemente, nós contamos com a consultoria do Carlos Antônio Ribeiro, que é sociólogo, e que utiliza e domina as práticas quantitativas de pesquisa. Então ele nos apoiou, nos orientou, e nós realizamos a análise quantitativa a partir da orientação dele.

Foi muito interessante, porque, na verdade, você tem uma outra dimensão dos dados. Quando você trabalha com qualitativo, você está partindo do pressuposto de uma certa representatividade das respostas, recebidas de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Na pesquisa quantitativa, você tem um retrato de um conjunto de respostas mais ou menos significativas, se for o caso; e isso te dá, num certo sentido, uma segurança de que o alcance das informações é maior. É claro que pode se perder em qualidade, porque as pessoas respondem a perguntas frias, que são colocadas pelo pesquisador num questionário. Mas, estávamos trabalhando, entrevistando alguns juízes, tendo contato com juízes nos vários encontros que a Anamatra promoveu pelo país; e nós éramos convidadas, inclusive, para falar da nossa pesquisa. Então a combinação dessa aproximação de ordem mais qualitativa com esses dados de ordem quantitativa foi muito positiva para que pudéssemos ter uma visão mais ampliada da categoria. Acho que isso nos deu uma maior segurança em relação a algumas afirmações que nós adiantamos, que evidentemente não são definitivas, mas que jogavam alguma luz sobre essa realidade, sobre a experiência dos juízes.

Ligia Barros: Obrigada, professora. Nós gostaríamos que falasse um pouco sobre as suas intervenções públicas, porque a gente percebe que elas caminharam durante a sua trajetória, e caminham ainda, com suas pesquisas. Então gostaríamos que falasse um pouco (e isso são exemplos variados dessa intervenção) daquela pesquisa sobre os pescadores, pesquisa sobre os sindicatos e sobre as pesquisas de memória.

Elina Pessanha: Bom, primeiro gostaria de observar que essas intervenções, claro que foram voluntárias, mas não necessariamente partiram de um movimento meu. “Vou intervir, vou tentar me apresentar de uma forma um pouco mais pública a partir dos

meus resultados de pesquisa.” Foram acontecendo durante a minha trajetória, enquanto eu combinava as atividades de pesquisa com as atividades de magistério, e elas, essas oportunidades, se apresentaram. Eu recebi convites e fui atendendo esses convites. Eu acho que a primeira intervenção de caráter público, que se deu ainda antes de eu entrar para a universidade, eu já era professora universitária, foi a intervenção junto a trabalhadores pescadores no estado do Rio de Janeiro. Eu tinha terminado minha dissertação de mestrado sobre os pescadores e abriu-se no estado do Rio, junto à secretaria, que era responsável por isso, uma oportunidade de pesquisar, para conhecer e tentar de alguma maneira intervir na melhoria das condições, das relações de trabalho e dos resultados desse trabalho no campo da pesca artesanal no estado do Rio de Janeiro. Não a pesca industrial levada por grandes empresas, mas a pesca artesanal a partir de colônias de pescadores no litoral do Rio de Janeiro. Eu, então, fui convidada por um grupo de colegas da universidade, principalmente por um grande amigo, o professor Wagner Rocha, que era um antropólogo, professor da UFF. Ele tinha sido meu colega na graduação, e me juntei a outros colegas também, como Marco Antônio da Silva Mello, antropólogo, professor da UFF; e Roberto Kant de Lima, também antropólogo e professor da UFF; e a Dario Castelo, geógrafo. Fui trabalhar nesse projeto, e nós, na verdade, realizamos primeiro um grande levantamento sobre a situação da pesca artesanal a partir das colônias de pescadores no litoral de todo o estado do Rio de Janeiro.

Implantamos depois um projeto, esse sim, eu acho que mais de intervenção, estabelecendo junto a cada colônia no litoral, ou pelo menos nas colônias principais no litoral, que eram um pouco catalisadoras e difusoras de orientação para os pescadores da pesca artesanal em geral, instalando junto a essas colônias pequenos escritórios, com a presença de uma pessoa da área de Ciências Sociais ou de Serviço Social e uma pessoa da área de Economia, Agronomia ou Veterinária; enfim, pessoas que de alguma maneira pudessem interferir em alguma dimensão sobre o processo de melhoria das condições da pesca artesanal no litoral. Conseguimos implantar esse projeto, que funcionou durante algum tempo e continuou depois que saímos também do projeto, e voltamos para as nossas atividades acadêmicas. Essa foi uma primeira experiência, ainda na década de 1970. Meados da década de 1970, nós estávamos com essa atividade.

A partir de 1980, a minha intervenção pública se dá muito através do Arquivo de Memória Operária, que criamos naquela década. Ele começa a manter relações muito próximas com os sindicatos da área, os sindicatos do estado do Rio de Janeiro. Fora isso, nós fizemos parte de algumas tentativas de realizar uma integração entre arquivos para trabalhadores na América Latina. Naquele momento, tive uma experiência muito gratificante com o Cedec (Centro de documentação e informação científica), que é um centro de documentação paulista, voltado para movimentos sociais e coletivos. Nós nos aproximamos exatamente de um projeto que visava, com a Espanha – a iniciativa tinha partido da Espanha – de ter um quadro da Iberoamérica. Mas o Brasil, apesar de não ter sido colonizado pela Espanha, foi incluído nisso. Nós realizamos levantamentos sobre arquivos de trabalhadores na América Latina toda; nos reunimos, em algumas oportunidades, no Brasil e fora do Brasil, na Argentina e no Uruguai, exatamente para traçar um quadro dessa situação e tentar de alguma maneira intervir para que essas experiências tivessem continuidade. O Cedec era dirigido pela professora Yara Khoury. Yara era uma figura muito ativa, muito comprometida com a questão da memória. Ela estava dirigindo o Cedec e escreveu um texto que fez parte do livro onde Sandra Rebel Gomes e eu organizamos – esse artigo sobre os arquivos dos trabalhadores no Brasil, a partir de um levantamento realizado por Sandra, que era documentalista do Amorj.³⁸ E começa-se a desenhar uma intervenção pública no sentido de apoiar e ampliar essa rede de arquivos ligados à memória da classe trabalhadora. Acho que a intervenção pública se completa também, no meu caso, em relação a questões da memória. É claro que, nesse projeto do arquivo, a questão da memória, evidentemente, estava envolvida. Mas eu passo a me comprometer cada vez mais com isso. E, finalmente, já na década de 2000, eu passo a fazer parte de outras experiências de memória e de arquivos no Brasil, até ser finalmente convidada a fazer parte de alguns projetos do Arquivo Nacional. Fiz parte do projeto Memórias Reveladas, que era um

³⁸ KHOURY, Yara Aun. Perfil de Arquivos e centros de documentação de e sobre trabalhadores e movimentos sociais no Brasil. In: AGUSTÍN, Garrigós Fernández; AURELIO, Martín Nájera (ed.). Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protección de los Archivos de los Trabajadores y sus Organizaciones. *Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales*. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 1992, p. 129-137.

projeto comprometido com a recuperação dos dados sobre a ditadura militar e os efeitos sobre aqueles que foram atingidos pela violência da ditadura. Eu fiz parte do Conselho de Memórias Reveladas, convidada pelo meu grande amigo e parceiro, Marco Aurélio Santana, que dirigia esse conselho. Fiz parte de alguns júris que o Arquivo Nacional promovia, como o prêmio da Unesco para o Patrimônio da Humanidade. Eu estive envolvida em algumas iniciativas, apontando nesse sentido da memória, até ser, finalmente, convidada para fazer parte do Conselho Nacional de Arquivos, representando a Anpocs. Eu ainda estou no Conselho Nacional de Arquivos, sou membro titular, representante da Anpocs. Nessa condição, também faço parte da comissão organizadora da 2ª Conferência Nacional de Arquivos. A primeira se realizou durante o governo de Dilma Rousseff, e a segunda finalmente vai se realizar agora. Estão sendo realizadas conferências em todos os setores, e, nesse setor dos arquivos, nós temos essa conferência programada para maio deste ano [2026] em Brasília.

A minha produção, paralelamente a essas experiências de intervenção pública, tanto a produção quanto a intervenção, foram se desdobrando no decorrer das décadas da minha atuação, sempre de uma forma um pouco combinada, não exclusivamente sobre algum setor, mas combinando, muitas vezes, essas atividades. Para esses anos mais recentes, gostaria de voltar a destacar a importância da Remir, que é uma rede com um alcance enorme, que reúne estudiosos sobre relações de trabalho no Brasil, a reconfiguração das relações de trabalho. E gostaria de destacar também a minha proximidade com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, a Abet. Há muitos anos eu coordeno, já está na hora de sair, mas, enfim, coordeno sempre com um historiador ou historiadora. A primeira foi Larissa Corrêa, historiadora, que respeito muito, me acompanhou na coordenação de um grupo que se chama História Social do Trabalho. É um GT da Abet que tem reunido pesquisadores preocupados com essa temática, que atrai mais historiadores, mas também tem atraído sociólogos. É uma oportunidade grande de abrir espaço para novos pesquisadores, pesquisadores mais jovens que estão ingressando nesse campo dos estudos sobre trabalho e que têm oportunidade, enfim, de estabelecer alguma interlocução com seus colegas. Então são duas experiências importantes de colaboração que eu também gostaria de destacar.

Karen Artur: Professora Elina, muito obrigada por esses destaques metodológicos, de intervenções e iniciativas que a professora nos brindou. Gostaria de saber se há mais algumas parcerias e confluências que você gostaria de destacar.

Elina Pessanha: Eu não sei se vou ser justa em relação às minhas parcerias. As minhas parcerias sempre foram muito importantes para mim. Eu gosto de trabalhar em conjunto, gosto de reunir várias pessoas para trabalhar. E, em função disso, minha produção é uma produção muitas vezes compartilhada com algum colega, às vezes com alunos, ex-orientandos. Então eu queria destacar um pouco mais essas parcerias. Eu acho que já destaquei em outro momento a minha parceria principal durante várias décadas com a professora Regina Morel e com a professora Angela de Castro Gomes, com quem eu preparei um livro com as trajetórias de alguns juízes e ministros da área da Justiça do Trabalho, que foi publicado pelo arquivo do Rio Grande do Sul;³⁹ onde eu contei também com uma parceria importante, nós não escrevemos juntas, mas dividimos nossas preocupações, com a professora Magda Biavaschi, que é ex-desembargadora do Tribunal do Rio Grande do Sul e hoje está em Campinas como professora e pesquisadora. Foi também uma parceira sempre importante em termos de iniciativas e preocupações.

Tive, nessa época inicial, essa parceria que já me referi no Laboratório de Pesquisa Social com várias colegas. Então as antropólogas, como Rosilene Alvim; as sociólogas, Paola Cappellin, a própria Regina Morel, José Ricardo Ramalho, Luiz Antônio Machado da Silva, faziam parte do projeto também; Vera Pereira, durante um período; Bila Sorj; Alícia Abreu, que coordenou o projeto Trabalhador Carioca. Então colegas que me acompanharam nesse período, assim como assistentes de pesquisa, como Marco Aurélio Silva Santana, nesse momento era orientando e assistente de pesquisa do José Ricardo Ramalho, muito próximo a mim sempre; e eu acho que outros orientandos nossos, como Regina Malta, orientada por mim; e Lourdes Canosa, por Regina Morel, também tiveram um papel importante nesse momento. E tantos outros orientandos e bolsistas foram importantes. Logo depois, Luísa Pereira, que viria a ser minha orientanda, já quando estava

³⁹ GOMES, Angela de Castro; PESSANHA, Elina; BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (4ª Região). Memorial da Justiça do Trabalho. *Memória da Justiça do Trabalho: trajetórias de juízes*. Porto Alegre: Alegre Poa, 2010.

estudando indústria naval, se tornou também uma parceira importante. Tenho vários trabalhos publicados com ela, e ela é minha parceira até hoje. Faz parte do projeto, não só fez parte do projeto sobre a indústria naval internacional, como faz parte do projeto internacional puxado pelo professor Rubem Vega, na Universidade de Oviedo, sobre desindustrialização e suas consequências para os trabalhadores. Nesse projeto estão elas, estão colegas importantes da Argentina, Juliana Frassa e Cynthia Russo (que já me convidaram para ir à Argentina, já estive lá com elas na universidade, elas também vieram aqui) e o professor José Allen, da Galícia, na Espanha, foram interlocutores privilegiados nesse projeto internacional sobre a indústria naval. Luísa escreveu comigo em vários momentos.⁴⁰ Foi e é ainda uma parceira importante que eu considero. Igualmente, também considero a parceria com José Luiz Soares, meu ex-orientando.⁴¹ Já destaquei em outra oportunidade a professora Sayonara Grillo, uma parceria que se estabeleceu mais tarde, com a Faculdade Nacional de Direito, uma parceria super bem-vinda. Temos escrito juntas, dividimos as nossas preocupações. Tive uma relação um pouco mais distante fisicamente, mas importante, com o Grupo de Campinas, liderado pelo professor Dari Krein; e com o Grupo de São Carlos, na época liderado pelo professor Eduardo Noronha. Foi quando eu conheci Karen Artur, e, com ela, iniciei uma parceria que até hoje é a parceria da maior importância para mim. Nós temos dividido artigos analisando temas contemporâneos que estão acontecendo no momento, sobre os efeitos do ataque do neoliberalismo à democracia social.

⁴⁰ PEREIRA, Luisa Barbosa; PESSANHA, Elina. Brazilian shipbuilding and workers between tradition and innovation: Shipyards Caneco/Rio Nave and Mauá - Rio de Janeiro, 1950? 2014. In: VARELA, Raquel; MURPHY, Hugh; LINDEN, Marcel van der (org.). *Shipbuilding and Ship Repair Workers around the World Case Studies 1950-2010*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2016, v. 1, p. 491-517. PEREIRA, Luisa Barbosa; PESSANHA, Elina. A indústria naval no Brasil: três momentos de impulso estatal e a crise atual. *Anuario Centro de Estudios Económicos de la Empresa y el Desarrollo*, v. 12, p. 243-278, 2019.

⁴¹ PESSANHA, Elina; PEREIRA, Luisa Barbosa; SOARES, José Luiz. Trajetos da negociação coletiva trabalhista: sindicatos dos metalúrgicos e dos bancários do Rio de Janeiro. *Política & Trabalho*, João Pessoa, out. 2014, n. 41, p. 61-88. PESSANHA, Elina; ALEMÃO, Ivan; SOARES, José Luiz. TST, Dissídios Coletivos e Demissão Massiva: Novos Desafios para a Justiça do Trabalho. In: COUTINHO, Grijalbo; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; FAVA, Marcos (org.). *O mundo do trabalho – leituras críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2009, v. 1, p. 77-94.

⁴² ARTUR, Karen; PESSANHA, Elina. Construção social dos direitos do trabalho no Brasil: resistências democráticas à reforma trabalhista de 2017. *Século XXI Revista de Ciências Sociais*, v. 8, p. 563, 2018. ARTUR, Karen; PESSANHA, Elina. Direitos trabalhistas e organização dos trabalhadores num contexto de mudanças no mundo do trabalho: efeitos sobre os trabalhadores da saúde. *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 18, p. 1569-1580, 2013. GRILLO, Sayonara; ARTUR, Karen; PESSANHA, Elina. Direito do Trabalho e Supremo Tribunal Federal: Embates entre a Regulação Jurídica do Mercado e a Justiça Social. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 147, p. 1, 2023.

Também escrevemos um texto com abordagem teórica para o livro organizado por José Ricardo Ramalho e outros, sobre a influência de intelectuais estrangeiros na Sociologia do Trabalho no Brasil.⁴³ Nós escrevemos um artigo sobre Supiot, sobre justiça e solidariedade, no livro *Homo juridicus*, que foi publicado em 2023.⁴⁴ Através de Karen, o contato também com Lígia Freitas, com quem também estabeleci uma parceria superamistosa e um pouco indireta, através da Karen. Tenho ex-orientandas que são importantes como parceiras, Mônica Paranhos, que foi formada no doutorado sob minha orientação do IFCS; Márcia Barroso também – foram pessoas com quem dividi pesquisa e produção em alguns momentos. Já Marcos Aurelio Santana Rodrigues teve papel importante como assistente na pesquisa sobre a Justiça do Trabalho e organizando o acervo de Evaristo de Moraes Filho. Rodrigo Guedes, supervisor técnico do Arquivo de Memória Operária, com que tenho publicado também,⁴⁵ tem sido incansável na manutenção do acervo e projetos do Amorj.

Mais recentemente, o professor Marco Antônio Perruso, que foi meu orientando de doutorado, veio se aproximar de mim e de Maria Cristina Rodrigues, que é uma parceira mais recente, mas muito importante para mim. Estamos desenvolvendo um projeto sobre trabalhadores intelectuais, a que me referi. Todos nós estamos num grande projeto de edital do CNPq que acabamos de ganhar, sob coordenação do professor Marco Aurélio Santana, onde está também Alexandre Fraga, jovem e competente pesquisador. Enfim eu espero não ter negligenciado muitos parceiros. São muitas décadas de trabalho e de experiência na universidade, mas eu queria atestar que todos eles, mesmo os que não estão aqui citados, foram muito importantes para que eu avançasse na minha trajetória.

⁴³ OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RAMALHO, José Ricardo; SANSON, Cesar. (org.). *Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Annablume, 2023.

⁴⁴ PESSANHA, Elina; ARTUR, Karen. Justiça, trabalho e solidariedade em *Homo juridicus*, de Alain Supiot. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RAMALHO, José Ricardo; SANSON, Cesar. (org.). *Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Annablume, 2023, v. 1, p. 885-906.

⁴⁵ PESSANHA, Elina; GUEDES, Rodrigo. A coleção de Astrojildo Pereira no Amorj - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro/UFRJ. *Trabalho necessário*, v. 17, p. 331, 2019.

Bom, eu quero reiterar o meu prazer de estar participando aqui com vocês de um projeto do Cedec. O Cedec é uma instituição muito respeitada e muito respeitável. Foi uma instituição importantíssima no período de transição democrática, de resistência à ditadura e depois de transição democrática. Tive grandes amigos trabalhando no Cedec, inclusive uma amiga pessoal, Amélia Cohn, que dirigiu o Cedec de meados dos anos 1990 até o início dos anos 2000. Então é um prazer muito grande estar de alguma maneira presente nesse projeto do Cedec. Obrigada.

Karen Artur: Professora Elina, muito obrigada por esses destaques que você fez agora a respeito da sua produção; são mais que complementações, são verdadeiros eixos iluminadores da diversidade metodológica, de pesquisas, preocupações e intervenções que todos nós devemos ter um dia.

Elina Pessanha: Muito obrigada. Eu queria acrescentar, se você permite, Karen, e isso pode ou não ser registrado, que essa trajetória foi marcada por um compromisso com determinados valores de ordem política, de ordem ideológica, que sempre orientaram a minha vida. Posso não ter sido sempre, ter estado sempre à altura desses valores e do conhecimento produzido por autores importantes que me influenciaram, mas tentei manter uma conjugação entre o meu comportamento pessoal e o meu comportamento político, uma certa coerência em termos do compromisso com valores que genericamente eu poderia chamar de socialistas ou progressistas, como preferem dizer mais atualmente. Eu acho que isso sempre esteve por trás da minha produção intelectual, com toda a modéstia chamando de intelectual, mas da minha produção intelectual e da intervenção pública com a qual eu sempre me comprometi.

Karen Artur: Isso é notório. Professora, muito obrigada. Caminhando já para a finalização da entrevista, o terceiro bloco, há algo que a professora gostaria de tratar em relação à perspectiva do futuro, tanto de suas pesquisas como das próprias relações de trabalho no país e a sua maneira de estudá-las?

Elina Pessanha: É uma pergunta difícil, eu não me preparei para ela. Acho que não cheguei ao final do roteiro, será? Não sei. Enfim, como eu já disse, eu me divido um pouco em termos de perspectivas. Ora, eu sou bastante pessimista em relação ao futuro, os

direitos do trabalho no Brasil, a sua formalização, a sua regulação. Eu acho que a sociedade em geral não se dá conta do que significa essa proteção. A sociedade naturalizou essa proteção. Acho que é uma perspectiva parecida com a que se tem em relação à previdência social. As pessoas não têm clareza de como é importante contribuir com um sistema distributivo, que é um sistema que alcança pessoas que não contribuíram diretamente pagando aquele percentual da previdência, mas contribuíram trabalhando para a sociedade, que, portanto, têm direito a ter algum benefício no final de suas vidas, suas vidas de trabalho, principalmente. E acho que os direitos do trabalho também são naturalizados na sociedade brasileira. As pessoas não percebem como a CLT, para além dela mesma, para além das pessoas que ela alcança formalmente, como ela é uma referência fundamental para as relações de trabalho no Brasil. Qualquer pessoa, mesmo trabalhando informalmente, fala em férias, fala em 13º, fala em algum tipo de auxílio se fica doente, se não pode trabalhar. Quer dizer, a CLT acaba funcionando como uma referência de fundo para as relações de trabalho no Brasil, mesmo para aqueles que não têm a carteira assinada. O que os trabalhadores informais pleiteiam? Mesmo esses trabalhadores plataformizados agora, eles não querem uma carteira azul, mas eles querem os direitos que essa carteira azul garante para aqueles que têm uma assinatura do patrão em alguma página da carteira. Então ela é uma referência muito importante. A sociedade brasileira não se dá conta disso, só pensa nos gastos que a Justiça do Trabalho dá, até os grandes juízes. Os juízes dos tribunais superiores ficam falando nisso. Eu sou irmã de um juiz do trabalho, que é desembargador no TRT do Rio de Janeiro. E ele tem falado muito nisso, me convidou a escrever sobre isso, inclusive, sobre as perdas para a sociedade brasileira em termos de recursos, se a Justiça do Trabalho parar de funcionar, o que a Justiça do Trabalho recolhe, o que a Justiça do Trabalho contribui, através das cobranças, diretas e indiretas, para a formação do orçamento do país. Então perde a sociedade brasileira não só do ponto de vista da proteção e das prerrogativas dos trabalhadores, perde em termos das contribuições que a Justiça do Trabalho traz, inclusive em termos pecuniários aos recursos com que o país conta para manter os serviços básicos, os serviços públicos e atender os cidadãos em geral. Ninguém se dá conta disso, não se levanta uma voz para chamar a atenção disso. Mas acho que isso reflete um pouco essa visão deturpada que se tem das instituições, do papel das instituições, como a Justiça do Trabalho, na sociedade brasileira.

Resultado de luta, de esforço, de mortes, de embates violentíssimos para chegar a um patamar de conquistas que é totalmente desprezado, que as pessoas não levam em conta e não respeitam. Espero que isso se reverta.

Karen Artur: Professora Elina, muito obrigada pela entrevista, por esse resgate de memória, da importância da academia e de diversos espaços de resistência à desconstrução dos direitos.

Fim da entrevista

“(…) já na graduação, a experiência de pesquisa se colocou em uma perspectiva política, em uma perspectiva crítica, e isso tudo acabou sendo bastante importante. A ditadura avançava, mas nós, mal ou bem, conseguíamos respirar um ar um pouco mais puro, perspectivas mais críticas em relação ao regime militar.”

“Então Evaristo foi importantíssimo. Evaristo, digamos assim, jogou lenha na fogueira da nossa visão; não só na minha, na de vários naquele momento, em nossa visão sobre a importância dos trabalhadores no processo de construção dos direitos e dos direitos do trabalho, especialmente no país.”

“Mas estávamos trabalhando, entrevistando alguns juízes, tendo contato com juízes nos vários encontros que a Anamatra promoveu pelo país; e nós éramos convidadas, inclusive, para falar da nossa pesquisa. Então a combinação dessa aproximação de ordem mais qualitativa com esses dados de ordem quantitativa foi muito positiva para que pudéssemos ter uma visão mais ampliada da categoria. Acho que isso nos deu uma maior segurança em relação a algumas afirmações que nós adiantamos, que evidentemente não são definitivas, mas que jogavam alguma luz sobre essa realidade, sobre a experiência dos juízes.”

“Na pandemia, acho que teve o complicador da desagregação. Acho que, na verdade, o conjunto de pesquisadores se fragmentou. Foi um ano em que não tivemos congressos, não tivemos reuniões, não realizamos seminários. Todas as oportunidades em que poderíamos abrir uma interlocução direta com os nossos colegas, todas essas possibilidades ficaram mais fechadas durante o ano inteiro. Então isso foi realmente terrível para o avanço do conhecimento em geral, e nós, evidentemente, sofremos com isso. Mas acho que nós adotamos uma perspectiva que foi, no Arquivo Operário, de continuar realizando seminários online, puxando temas, tentando colocar as pessoas para discutir, dando publicidade ao lançamento de livros dos nossos colegas, discutindo os temas e escrevendo.”

“Estamos nos despedindo da CLT? Ela vai acabar inteiramente? O que isso significa? Em quê isso pode sinalizar uma perda efetiva dos direitos e apontar ou para a substituição ou para o aprimoramento dela? Essa questão está no ar.”

